

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**O IMPACTO DA MERENDA ESCOLAR NO APROVEITAMENTO DOS
ALUNOS DA 4.^a DA ESCOLA 722 CAIÊNGUE, SITA NO MUNICÍPIO
DO NAMBUANGONGO, BENGU (2023/2024)**

Autor (a): Matilde Pires Catamba

Orientador (a): Prof. MSc. Ezequiel Lupassa

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**O IMPACTO DA MERENDA ESCOLAR NO APROVEITAMENTO DOS
ALUNOS DA 4.^a DA ESCOLA 722 CAIÊNGUE, SITA NO MUNICÍPIO
DO NAMBUANGONGO, BENGÔ (2023/2024)**

Trabalho de Fim de Curso apresentado ao Instituto Superior de Angola, como requisito para a obtenção do grau académico de licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Professor: Ezequiel Lupassa, MSc.

Autor (a): Matilde Pires Catamba

Orientador (a): Prof. MSc. Ezequiel Lupassa.

ICOLO E BENGÔ, 2025

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
EPÍGRAFE	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	vi
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
Objectivos	2
Geral	2
Específicos	3
Delimitação e limitação	3
Justificativa.....	3
Estrutura do trabalho.....	5
2. CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
1.1. Definição de termos e conceitos	6
1.1.1. Impacto	6
2.1.2. Merenda escolar	6
1.1.3. Aproveitamento.....	7
2.1.4. Alunos do Ensino Primário.....	8
1.2. Marco histórico-legal sobre a alimentação e nutrição no contexto internacional	9
1.2.1. Políticas públicas de alimentação escolar no contexto mundial.....	10
1.2.2. Importância do programa de alimentação escolar	12
1.3. Antecedentes históricos da merenda escolar em Angola.....	13
1.3.1 Políticas públicas e bases legais do Programa da Merenda Escolar em Angola.....	16
1.3.2. Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro - Regulamento da Merenda Escolar.....	18
1.3.3. Quadro actual de implementação do Programa de Merenda Escolar.....	22
3. CAPÍTULO II - METODOLOGIA DE PESQUISA	26

2.1. Tipos de pesquisa	26
2.1.1. Quanto aos objectivos	26
2.1.2. Quanto aos procedimentos técnicos	26
2.1.3. Quanto a natureza	27
2.2. Modelo de abordagem	27
2.3. Níveis de Estruturação dos métodos	28
2.4. Técnicas de recolha de dados	28
2.4.1. Técnica de Observação	28
2.4.2. Técnica de Entrevista	29
2.5. Instrumentos e procedimentos de recolha de dados.....	29
2.6. Caracterização do campo de pesquisa	30
2.7. População e amostra	30
2.7.1. Caracterização dos participantes do estudo	31
2.8. Procedimentos operacionais.....	32
2.9. Dificuldades encontradas ao longo da elaboração do trabalho	32
4. CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
3.1. Entrevista concedida pela Directora Geral e pelos professores.....	33
3.2. Questionário aplicado aos alunos da 4. ^a classe	38
CONCLUSÃO.....	46
SUGESTÕES	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
APÊNDICES	
ANEXOS	

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus Pai todo Poderoso e ao Pai Mayamona, líder espiritual da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo (Tocoistas) por me abençoar com suas palavras cheio de confiança e firmeza. O meu muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais, os agradecimento são diriccionados a Deus Todo-Poderoso pela graça, pela misericórdia e pelo dom da vida e pela força que me proporcionou para poder caminhar nesta jornada que foi marcada por muitas dificuldades relacionadas com a saúde bem como com a experiência de trabalhador e estudar em províncias diferentes.

De seguida, os agradecimentos são dirigidos aos meus pais e a todos os meus entes mais próximos, com realce ao Pai João Kiala, pelo seu apoio moral, material e espiritual. Igualmente ao meu irmão Clemente Dinis, pela paciência e atenção, ao meu sobrinho Admiro Dinis, pelo empenho e apoio na concretização do presente trabalho de fim de curso.

Aos funcionários do ISA, a todos os professores, com realce para o meu orientador, o professor Ezequiel Lupassa, pela força que deu-me ao longo da formação, aos meus colegas e a todos que directa ou indirectamente me apoiaram.

EPÍGRAFE

"Assim, para que se consiga obter um processo educacional favorável, é preciso que se implante um programa em âmbito nacional de alimentação escolar, que não seja somente um instrumento de redução do abandono escolar, mas, sobretudo, de formação de hábitos alimentares saudáveis, que garantam a saúde e a integridade mental do aluno[...]"

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
(2007, p. 3)

RESUMO

Diferente das funções que lhe era atribuída no cenário tradicional, a escola nos dias de hoje não se vê limitada unicamente na transmissão de saberes logicamente estruturados, com isto, pode se afirmar que a questão da formação integral do aluno, envolve igualmente a preocupação com bem-estar nutricional dos alunos. É, pois, sobre o Impacto da Merenda Escolar no aproveitamento dos alunos, a partir do qual, se objectivou compreender o impacto que ela teve no aproveitamento dos alunos da 4.^a classe da Escola 722 Caiêngue ao longo do Ano Lectivo 2023/2024. Para efeito, foi necessário proceder à revisão da literatura em torno da temática bem como foi necessário realizar um estudo de campo na referida escola onde participaram activamente, a Directora Geral, 3 professores e 16 alunos, dos quais 8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Na materialização da pesquisa de campo, aplicou-se um guião de entrevista que permitiu colectar as informações juntos das entidades já referidas bem como um questionário que foi dirigido aos alunos. Com a pesquisa realizada, percebeu-se que os alunos manifestaram satisfação com a merenda oferecida pela escola, destacando a aceitação positiva da iniciativa, o que reflete a importância da merenda como parte integrante do ambiente escolar. Principalmente por ser uma zona rural, onde normalmente os desafios de acesso a uma alimentação adequada são acrescidos, o programa da merenda naquela localidade desempenhou não só um papel nutricional, mas também um papel psicossocial, contribuindo para a frequência e envolvimento dos alunos em sala de aulas.

Palavras-chave: Impacto; Merenda Escolar; Aproveitamento; Alunos

ABSTRACT

Unlike the functions attributed to it in the traditional scenario, the school these days is not limited solely in the transmission of logically structured knowledge, with this, it can be said that the issue of student integral formation also involves concern with students' nutritional well-being. It is, therefore, on the impact of school meals on the use of students, from which, it was objective to understand the impact it had in the use of the students of the 4th class 722 Caiêngue throughout the school year 2023/2024. For the purpose, it was necessary to review the literature around the theme as well as a field study in that school where they actively participated, the Director General, 3 teachers and 16 students, of whom 8 male and 8 female were participated. In the materialization of the field research, an interview scrip was applied that allowed to collect the information together of the entities already mentioned as well as a questionnaire that was addressed to the students. With the research conducted, it was realized that the students expressed satisfaction with the lunch offered by the school, highlighting the positive acceptance of the initiative, which reflects the importance of the lunch as an integral part of the school environment. Mainly because it is a rural area, where normally the challenges of access to proper nutrition are added, the lunch program in that locality played not only a nutritional role, but also a psychosocial role, contributing to the attendance and involvement of students in the classroom.

Keywords: Impact; School lunch; Use; Students

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADRA	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
CRA	Constituição nacional
DDCA	Declaração dos Direitos da Carta Africana
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNLA	Frente Nacional de Libertação Nacional
GCNF	Fundação Global para a Nutrição / Global Child Nutrition
INADEC	Instituto Nacional de Defesa do Consumidor
LBSEE	Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino
MED	Ministério da Educação
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Programa Alimentar Mundial
PME	Programa de Merenda Escolar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UN	Nações unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Participantes da pesquisa
Tabela 2	Caracterização dos alunos quanto sexo
Tabela 3	Caracterização dos alunos quanto à faixa etária
Tabela 4	Caracterização dos alunos quanto à profissão dos pais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico A	Questão 1 – Presença regular na escola
Gráfico B	Questão 2 – Outro local de estadia na ausência da escola
Gráfico C	Questão 3 – Reefeições antes de ir para a escola
Gráfico D	Questão 4 – Razões de não ter as refeições
Gráfico E	Questão 5 – Gosto pela comida que ofereciam na escola
Gráfico F	Questão 6 – Distribuição da merenda por semana
Gráfico G	Questão 7 – Quantidade ou porção oferecida
Gráfico H	Questão 8 – Necessidade de voltar a comer

1. INTRODUÇÃO

Com a evolução das sociedades, uma das formas universais de educar e instruir alguém passou e passa pelo processo da escolarização, tida mundialmente como um direito universal que cabe a todos os homens e mulheres em detrimento de suas condições ou possibilidades. Nesta senda, a escola surge como a principal responsável em transmitir ao indivíduo uma herança cultural da sociedade. Essa herança corresponde ao conjunto de padrões de comportamento, de crenças, valores materiais e espirituais que caracterizam a civilização, a nação e o grupo social em que ela está inserida. A escola surge assim, como o resultado das necessidades humanas em se ter formado integralmente o homem, a partir de conteúdos logicamente estruturados e selecionados que atendam às exigências de determinados contextos sociais. Não obstante do que hoje se concebe como função social da escola, ela já foi e tem sido palco de inúmeras críticas pelo facto de em algumas vezes promover a desigualdade social e de género e com isto a exclusão de certo número de crianças, com realce para as raparigas e as crianças economicamente desfavorecidas, levando a mesma a uma descrença pelo facto de não saber dar respostas as exigências e barreiras que encontra no âmbito social de alguns contextos regionais.

Nestas conformidades, nota-se a grande separação que existe entre as instituições de ensino privadas e públicas em certos serviços ou direitos dos alunos. Nos dias actuais, as instituições públicas são chamadas a razão sobre os factores que contribuem para o bom ou o mau aproveitamento dos alunos, que vão desde os internos e os externos, sendo os internos o da inteira responsabilidade da escola, criar e implementar para garantir que sua missão seja eficazmente conseguida. Para atender as demandas de exigências que o sector público de ensino se depara, são criadas inúmeras políticas públicas, algumas com impacto a médio e outras a longo prazo para garantir que sua missão não passe de uma simples utopia legislada. Nestas conformidades, o presente trabalho de fim de curso, aborda sobre o ***"Impacto da Merenda Escolar no aproveitamento dos alunos da 4.^a classe da Escola 722 Caiêngue ao longo do Ano Lectivo 2023/2024"***.

Tal como destaca Gil (2002), toda e qualquer pesquisa começa inicialmente com algum tipo de problema, sendo este por conceito, uma questão não resolvida e

que é objecto de discussão em qualquer área de saber. Dito de outro modo, Lakatos e Marconi (2003., p. 159), definem o problema como sendo "uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução ou resposta, em outros termos, o problema constitui sentença interrogativa" (p. 127). Nestas conformidades, olhando portanto, para a implementação do PME na Escola Primária 722 Caiêngue sita no município do Nambuangongo, os argumentos acima apresentados leva-nos a formular a seguinte questão de partida: ***Que impacto teve a Merenda Escolar no aproveitamento dos alunos da 4.^a classe da Escola 722 Caiêngue ao longo do Ano Lectivo 2023/2024?***

No intuito se estabelecer o que se julgou necessário abordar para responder a questão de partida, formulou-se assim as seguintes questões científicas:

- a) Que indicadores podem ser descritos como efeitos da merenda escolar oferecidos aos alunos da 4.^a classe da Escola n.º 722 Caiêngue?
- b) Até que ponto a implementação da merenda Escola n.º 722 Caiêngue esteve aliada às directrizes legais expressas no Regulamento da Merenda Escolar aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro?
- c) Que outras acções ou estratégias podem ser adoptadas para a melhoria e expansão da Merenda Escolar na Escola n.º 722 Caiêngue?

• Objectivos

Segundo Piletti (2004) os objectivos têm que ver com a descrição clara dos resultados que desejamos alcançar com a nossa actividade. Considerando, portanto, que todo o estudo deve ter em vista o alcance de objectivos, sendo eles gerais, por estar relacionada a visão global e abrangente do tema segundo Lakatos e Marconi (2003), bem como os objectivos específicos, no presente estudo propusemos-nos a alcançar os seguintes objectivos:

• Geral

Compreender o impacto da Merenda Escolar no aproveitamento dos alunos da 4.^a classe da Escola 722 Caiêngue ao longo do Ano Lectivo 2023/2024

- **Específicos**

Descrever os efeitos da merenda escolar oferecidos aos alunos da 4.^a classe da Escola n.º 722 Caiêngue

Caracterizar o grau de implementação das Políticas sobre a Merenda Escolar na Escola n.º 722 Caiêngue ao longo do Ano Lectivo 2023/2024.

Sugerir acções metodológicas para a melhoria e expansão dos produtos da Merenda Escolar.

- **Delimitação e limitação**

No que diz respeito a delimitação, será realizada uma pesquisa na escola primária n.º 722 Caiêngue, localizada no município de Nambuangongo, província do Bengo, considerando o ano lectivo 2023/2024. Quanto a limitação do estudo, a pesquisa esteve limitada à Directora Geral da instituição, a três (3) professores e por desasseis (16) alunos.

- **Justificativa**

A população rural em termos gerais, caracteriza-se por ser uma população que sobrevive maioritariamente da agricultura, criação de gado para alguns e outros ainda da pesca. Nestas localidades, o número elevado de membros em uma família acaba sendo um factor primordial e decisivo para extensão de terra a ser cultivada ou lavrada, uma vez que participam desta actividade primária as famílias completas sem excessão algumas vezes de nenhum membro. Este facto leva a que muitas vezes a importância da escola nestas localidades não tenha o mesmo pendor social e transformador como nas zonas urbanas, ocasionando assim a que os fenómenos de desistência ou abandono escolar sejam visíveis mais nas zonas rurais do que nas urbes, uma vez que o mais importante para muitas famílias passa em ter os seus membros directamente envolvidos no cultivo ou produção de mantimentos para a subsistência. Por seu turno, o Sistema Nacional de Ensino contempla para o Ensino Geral, quatro a cinco horas dias, 20 horas por semana e 80 horas de aulas mês. Em muitas escolas públicas, os alunos passam maior parte do tempo sentados, ouvindo os professores, algumas se quer apresentam um tanque ou reservatório de água para atender os alunos que não se fazem acompanhar de garrafas de água para matar a sede e muito menos uma cantina onde os alunos ainda que poucos com alguns

trocados possam adquirir alguma coisa para comer nos recreios. Apesar do Programa de Merenda Escolar (PME) ter a sustentação do Decreto Presidencial n.º 158/13 que aprova o Regulamento da Merenda Escolar, ser de âmbito nacional e para todas as escolas do Ensino Primário Públicas, conforme o n.º 1 do artigo 3.º, em muitas escolas não se constata tal realidade. Em contrapartida, outras escolas tem implementado o referido programa, é o caso da Escola n.º 722 Caiêngue localizado no município de Nambuangongo, província do Bengo.

Considerando portanto que o Programa de Merenda Escolar não se consubstancia apenas em oferecer alimentos para que os alunos não falem às escolas, mas antes alimentos com pendor nutritivo para o bom desenvolvimento físico e psicológico que garantam o aproveitamento escolar dos alunos, a escolha da presente temática foi feita com base a três aspectos, discriminadamente, o pessoal, científico e o profissional. Do ponto de vista pessoal e profissional, a escolha deste tema deveu-se ao interesse de melhor estudar e entender o impacto da merenda escolar no aproveitamento escolar dos alunos bem como em entender o porquê que muitas vezes sua implementação não tem sido um facto em muitas escolas.

Do ponto de vista científico, a escolha do presente tema decorreu da necessidade de aumentar o leque de estudos realizados a volta desta temática que considero ser esta uma área que merece atenção de todos os intervenientes do processo de ensino-aprendizagem e não só uma vez que ela está intimamente relacionada com os factores de insucesso ou abandono escolar por parte de muitos alunos das zonas rurais. No âmbito de sua importância teórica, a abordagem desta temática poderá ainda servir de forma teórica como um marco introdutório para aqueles que na mesma linha de pensamento tenderão a pesquisar sobre o tema, podendo ser este um instrumento de consulta para futuras pesquisas principalmente para quem usar a escola n.º 722 do município de Nambuangongo como campo de pesquisa. No âmbito de sua importância prática quer seja do ponto de vista geral ou particular, julgamos e esperamos que o presente estudo sirva para despertar a sociedade e as instituições sociais, colegas professores assim como para incentivar os gestores sobre a importância nutricional da merenda escolar de modo a que sua implementação ocorra eficazmente como legislado garantido assim que este não seja tido como um factor que muito contribui para o insucesso e abandono escolar por parte de alunos das zonas rurais do país.

- **Estrutura do trabalho**

O presente trabalho encontra-se estruturalmente dividido em três capítulos. No capítulo I, apresenta-se os fundamentos da revisão bibliográfica que permitiram compor a parte teórica do trabalho. No capítulo II, fez-se referência da metodologia usada segundo a perspectiva de Prodanov e Freitas. Assim, foram consideradas os tipos de pesquisas segundo os objectivos, os procedimentos técnicos e segundo a natureza. Ademias, indicou-se ainda o modelo de abordagem adoptado bem como os instrumentos de colecta de dados, a caracterização do campo de pesquisa e dos participantes da pesquisa, entre outros aspectos. No capítulo III, faz -se a apresentação, a análise e a interpretação e a discussão dos resultados obtidos. Não menos importante, apresentam-se ainda as conclusões, as sugestões assim como as referências bibliográficas que foram usadas ao longo de todo o trabalho.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se abordar a temática em torno do impacto da merenda escolar no aproveitamento dos alunos do ensino primário, procura-se reforçar sobre a necessidade de se massificar os esforços para a sua expansão em todos os municípios de Angola, uma vez que ela constituiu por si só, uma forte medida de combate ao abandono escolar em função da carência alimentar que caracteriza muitas crianças. Nestas conformidades, para melhor entendimento, começa-se por apresentar as definições dos termos que formam o tem em estudo e, sequencialmente, faz-se o desenvolvimento dos subtítulos julgados necessários.

1.1. Definição de termos e conceitos

1.1.1. Impacto

Segundo Wood et al., (2016), o impacto é o benefício que um indivíduo ou grupos de indivíduos recebem como resultado de uma determinada acção em prol de alguma coisa. O impacto pode ainda ser definido como sendo o embate ou o efeito de uma acção contra algo. (Figueiredo, 2010). Fabiani, et al., (2018), recorre à origem do termo (latim) para poder apresentar uma definição mais ampla e isolada de impacto.

Na visão destes autores, impacto pode ser entendido como sendo o efeito diretamente atribuível a uma acção, ou a consequência de determinado esforço para atingir um fim estabelecido. Apegando às contribuições dos autores ora mencionados, pode se definir o impacto como sendo o resultado, a consequência ou o efeito positivo ou negativo da força exercida sobre outrem ou sobre algo. Contextualizando, o impacto da merenda escolar seria então do ponto de vista ideal, o resultado positivo ou satisfatório da aprendizagem dos alunos ao longo de um ciclo lectivo.

2.1.2. Merenda escolar

Partindo do pressuposto de que o conhecimento da origem etimológica de uma palavra permite entender seu significado original, sua evolução assim como ajuda a expandir e a enriquecer o vocabulário, julgou-se necessário apresentar antes a origem etimológica da expressão merenda. Ao que se percebeu ao longo da pesquisa bibliográfica realizada, que a expressão deriva do latim medieval ou da Idade Média, escrita na sua forma original merendae, que quer dizer refeição feita ao entardecer ou ao cair da noite, que passou a ser relacionada às comidas que eram oferecidas em

crianças das escolas públicas de Nova York, isto em 1917. (Stefanini, 1998). Por sua vez, ao que se pode entender aqui como uma definição, em sua monografia de especialização, Amorim (2018), diz que a merenda escolar ou simplesmente merenda, é uma alimentação oferecida na escola que visa proporcionar às crianças de escolas públicas nutrientes essenciais à saúde que normalmente se encontra em falta na dieta alimentar das mesmas crianças.

Percebe-se a partir das definições acima apresentadas, que a merenda escolar esteve em condições normais mais voltada para os alunos das instituições públicas de ensino, por serem a partida em função da realidade social que é maioritariamente predominada por pessoas de baixa renda, os que estão mais propensos a apresentarem um quadro nutricional deficitário por conta da alimentação muitas vezes desequilibrada.

Olhando para aquilo que é o contexto educativo angolano, o conceito que aqui merecerá maior destaque e por aludir mesmo a realidade educativa angolana, é o que está plasmado no Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de setembro que aprovou o Regulamento para a Merenda Escolar destinada aos alunos do ensino primário das instituições públicas e privadas participadas, segundo o qual a merenda escolar é "o suplemento alimentar e nutricional distribuído gratuitamente a todos os alunos das escolas do ensino primário públicas e privadas em regime de participação, durante as actividades curriculares e extra-curriculares."

1.1.3. Aproveitamento

De modos a não tornar a questão ambígua, urgiu necessidade de associar directamente a palavra aproveitamento à expressão escolar, pelo facto ser uma palavra bastante usada na esfera educacional. Considerando, portanto que vários autores abordam esta temática, ela é tratada em alguns casos como rendimento escolar e em outros como aproveitamento escolar. Neste pré-projecto de pesquisa em particular, adotar-se-á a expressão aproveitamento escolar por estar mais relacionadas ao padrão da língua portuguesa recomendada no contexto educativo angolano.

Assim, de acordo com Santos (2022), pode ser entendido como sendo o resultado que o aluno obtém fruto das competências adquiridas ao longo do processo de ensino-aprendizagem e permitem determinar se o aluno transita de classe ou não.

Por outros termos, pode se ainda definir o aproveitamento escolar como sendo a avaliação que aplicada ao aluno para averiguar os conhecimentos adquiridos pelo aluno no âmbito escolar. (Equipe editorial de Conceito, 2020). Corroborando com estes autores, surge Silva (2011), sublinhando que o aproveitamento escolar pode ainda ser entendido como sendo as modificações que um indivíduo, no caso concreto um aluno, vai apresentar em função da aprendizagem adquirida. Este comportamento pelo se pode perceber, permite determinar o bom ou o fraco aproveitamento do aluno mediante critérios de classificação destas mesmas aprendizagens, que no caso em especial do sistema de ensino no país, ocorre com as avaliações contínuas, provas do professor, provas trimestral e final.

2.1.4. Alunos do Ensino Primário

Apresentar uma definição para a expressão aluno que deriva dos últimos cinco anos conforme o Regulamento Institucional Interno de Trabalho de Fim de Curso (ISA, 2021), não se constitui por si só uma tarefa simples, principalmente quando vê-se a inexistência de bases bibliográficas para o efeito. Deste modo, para cumprir com este item, recorreu-se a diferentes teóricos a partir dos quais se extraiu o conceito de aluno.

Em um estudo onde se procurou estudar os pontos de vistas das crianças sobre como ser um bom aluno, Melo, Diogo e Ferreira (2022), fazem referência a um tipo de aluno que se deixam formatar, caracterizando estes como alunos tradicionais. Percebe-se que se para estas autoras, existem alunos tradicionais, pode se afirmar de igual modo que existem alunos não tradicionais, que podem ser entendidos aqui como sendo aqueles que participam activamente em sua própria aprendizagem segundo sublinha José Carlos Libâneo (1994). O aluno na visão de Libâneo, seria assim um indivíduo com autonomia própria capaz de questionar tudo que lhe é apresentado. A noção de alunos descritas por estes teóricos, traduz aquilo que as concepções do processo de ensino-aprendizagem da escola nova segundo o qual o aluno é o centro de todo o processo educativo e o professor o mediador de sua aprendizagem.

Virando o olhar para a realidade educativa angolana, esta que é regida por um conjunto de normas e leis, e considerando o exposto no artigo 27.º da Lei n.º 32/20 de 12 de Agosto, que altera a Lei n.º 17/16 de 07 de Outubro, lei que estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino, concebe-se aqui o

aluno do ensino primário como sendo todo aquele indivíduo em idade escolar compreendida entre os 6 aos 11 anos de idade que frequenta uma das classes afecta ao Ensino Primário, no caso, desde a 1.^a classe à 6.^a classe.

1.2. Marco histórico-legal sobre a alimentação e nutrição no contexto internacional

Para muitos, uma das principais necessidades fundamentais do ser humano é a alimentação, pois, é a partir dela que absorvemos energia que nos permite estar em pé e realizar as diversas actividades. Com isto, admite-se de igual modo que a falta de alimentos pode indubitavelmente constituir-se como um grave problema, isto porque a mesma pode garantir a sobrevivência (Chiquemba, 2023)

Sabe-se que historicamente o homem recorreu de forma inocente à Natureza, de onde conseguia obter os alimentos por vezes em disputa com outros animais selvagens. Chiquemba, (2023), diz que com o tempo, mediante evolução do conhecimento, o homem conseguiu encontrar novas formas de obter alimentos isto mediante intervenção activa, o que permitiu descobrir e praticar a agricultura.

Mergulhados em um sistema de relações sociais, os países em nível de todo mundo estabelecem diversos tipos de relações, algumas das quais negativas, por conta de divergências de ideias e de interesses, o que levou a culminar em disputas, conflitos e inclusive guerras de grandes proporções, que muito devastou em muitas esferas a vida das pessoas, dentre as quais se destacam os problemas ambientais, da fome e da segurança alimentar que fortemente marcaram o final do século XX e o início do século actual, no caso o XXI.

Foi pois em função destes e outros problemas globais que a Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito do seu programa de desenvolvimento (PNUD) promulgou no ano de 2015 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Transformando o Nosso Mundo, que é composto por 169 metas, 17 objectivos para o desenvolvimento sustentável ou simplesmente. (ONU, 2015)

Os objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), diz respeito a um conjunto de apelo global que incentiva acções direccionadas para acabar com a pobreza, proteger o ambiente e o clima e garantir que as pessoas desfrutem da paz e tenham prosperidade até o ano de 2030. Fazem parte 17 ODS, no entanto, merecerá

destaque apenas o ODS 2, que tem que ver com "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável" e que está disposto em várias metas, dos quais destacam-se:

2.1 até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. (ONU, 2015, p. 4)

2.2 até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas. (ONU, 2015, p. 4)

As metas acima descritas revelam a preocupação internacional com os graves problemas ligados à fome e à segurança alimentar que assolava e continuam assolar a humanidade, onde o público alvo é formado majoritariamente por pessoas vulneráveis. De acordo com Chiquemba, (2023), foi com base no ODS 2 e suas respectivas metas, onde nascem ou os fundamentos legais, como é o caso do expresso no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) segundo o qual, "toda a pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação[...]", que em conjunto levam a que sejam criadas políticas alimentares, como foi o caso do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (UN), ou simplesmente PAM, que é um programa de ajuda alimentar que surgiu no ano de 1963 cuja finalidade passa em erradicar a fome mediante distribuição de alimentos por meio de assistência humanitária devido a uma grande crise alimentar e de segurança alimentar que assolava o mundo. (Hossi, 2018; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, 2007).

1.2.1. Políticas públicas de alimentação escolar no contexto mundial

O ODS 2 constitui-se como uma preocupação de todos os países membros da ONU, que mediante esforços e recursos humanos e materiais, gizam diversas estratégias algumas das quais conjunta para a prossecução até 2030 do ODS 2, no caso, "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável". Destas estratégias conjuntas, resultou o Fórum Global de Nutrição Infantil, realizado em Brasil pelo Centro de Excelência contra a Fome afecto às Nações Unidas. O fórum foi realizado em diversas partes do mundo.

(Chiquemba, (2023). Segundo escreve a mesma autora, neste fórum, onde participaram cerca de 250 entidades, apresentou-se um Programa Nacional de Alimentação Escolar, que foi considerado como a maior iniciativa global de alimentação escolar.

Neste mesmo fórum que foi realizado igualmente na África do Sul, no ano de 2014, foi recomendada a necessidade de se considerar a questão da alimentação como um investimento ao invés de gasto bem como se incentivou e se recomendou que os programas alimentares estejam relacionados com às produções agrícolas de cada país ou região de modo acabe com a fome até 2030. Deste fórum realizado na África do Sul, resultou a criação da Rede Africana de Alimentação Escolar. (Chiquemba, (2023).

Tal como se frisou, o fórum aconteceu em diversos países do mundo. Em 2015, o mesmo fórum foi realizado em Cabo Verde, de onde se recomendou que os estados participantes devessem assegurar e criar leis e instituições para facilitar e permitir a implementação de programas de alimentação escolar. Em 2016, na Armênia, realizou-se também o fórum que teve como foco a criação de estratégias e programas duradouros de alimentação escolar bem como a criação de redes regionais de alimentação escolar igual a Rede Africana de Alimentação Escolar para facilitar o intercâmbio. Neste mesmo ano, sublinha o documento, foi criada a Rede Asiática de Alimentação Escolar.

A recomendação da criação de rede regionais de alimentação escolar, deveu-se às diferenças de renda que eram evidentes entre os países, o que faz com que os mesmos sejam rotulados de países de renda alta, países de renda média e países de renda baixa. E de acordo com Chiquemba, (2023), o regime e o tipo de alimentação implementado por esses países de rendas diferentes, variam em função da realidade local. Pois como se observou, nos estudos realizados pelo Programa de Alimentação Mundial (PAM), por existir muitas crianças acima do peso ou obesas nos países de renda alta, a preocupação é reduzir tais índices. Nestes países, a alimentação é oferecida apenas às crianças de familiares economicamente vulneráveis. Diferentes destes pode deduzir-se que nos países onde a renda é baixa e que apresenta elevados índices de subnutrição ou desnutrição, a preocupação é combater tais

problemas mediante produção e distribuição de alimentos em escolar em grande escala.

1.2.2. Importância do programa de alimentação escolar

Tal como se começou por frisar ao se apresentar a resenha histórica, a alimentação é fonte de energia que proporciona aos seres humanos, aos animais e às plantas a capacidade de realizar trabalho, pois como refere Chiquemba (2023),

"Nos alimentos é que se encontram os nutrientes que favorecem o funcionamento do organismo e a ausência deles resulta em desnutrição. Esta ocorre quando uma pessoa apresenta deficiência de algum nutriente. Isto pode desencadear uma alimentação insuficiente ou outros problemas como verminoses, anorexia, câncer, problemas de absorção, alergia ou intolerância alimentar" (p. 39)

A importância da alimentação escolar pode ser notada se olhar virar-se para o facto de que existem muitas crianças afectas a famílias pobres que se quer conseguem ter refeições condignas ao longo do dia. Nestes termos, ela surge assim como um meio de responder e ajudar algumas crianças que raramente alimentam-se condignamente em casa e que por isso são obrigadas a ausentarem-se da escola para dedicarem-se a diversos tipos de trabalhos como engraxar sapatos, pedir esmolas, jogar lixo de outras pessoas em troca de moedas, entre outros.

Por outras palavras, a alimentação distribuída diariamente ajuda a manter os alunos na escola, melhora seus aproveitamento e evita que estes se dediquem desde muito cedo às ruas onde podem facilmente entrarem contacto com drogas, prostituição ou tráfico de seres humanos. Importa ainda na mesma senda, apresentar a perspectiva de Amorim (2014). Segundo este teórico, a implementação da merenda na escola era vista como uma medida de combate aos constantes abandonos da escola por partes de muitos alunos que preferiam estar em locais onde ofereciam comidas. Comparadamente aos tempos actuais, este autora sublinha a ideia de que hoje a merenda escolar é por si só um instrumento educativo, pois como refere,

Hoje há o entendimento é que a alimentação escolar revela-se como um instrumento educativo, contribuindo não só para o rendimento escolar, como na formação de hábitos alimentares, garantindo o direito ao alimento adequado e resultando na segurança alimentar, nutricional e à saúde. (2014, p. 7)

Considerando, por isso mesmo a importância que em si a alimentação escolar encerra Chiquemba (2023), alerta ao facto da preocupação dos países de renda baixa, vale acrescentar, não estar virada somente em terem grandes quantidades de produtos na alimentação dos alunos. Esta autora apela assim a necessidade de se primar pela qualidade dos produtos alimentares a ser distribuídos aos alunos, pois, assim como os alimentos proporcionam para as pessoas a energia necessária para o pleno funcionamento do organismo, eles podem de igual modo causar prejuízos sérios ao organismo quando estiverem em mau estado de produção, armazenamento, conservação e confeccionamento.

O Fórum Global de Nutrição Infantil, realizado em diversos países do mundo pelo Centro de Excelência contra a Fome das Nações Unidas, foi sem sombras de dúvidas um marco da intenção das Nações Unidas em ver erradicada a problemática da fome em todo o mundo, assim como expressa também a importância que esta organização internacional atribuiu à alimentação escolar, esta que pode melhorar a nutrição, a saúde, aumentar a aderência das crianças na escola e melhorar seus desempenhos, mediante implementação de programas de alimentação que é feita em caso específico de Angola, por meio da distribuição da merenda escolar.

1.3. Antecedentes históricos da merenda escolar em Angola

Depois dos longos anos de guerra armada, Angola conquistava a sua independência no ano de 1975 sob condução dos três grandes movimentos políticos de libertação nacional, sendo o MPLA em Luanda, representado pelo Dr. António Agostinho Neto, a UNITA em Nova Lisboa, actual província do Huambo, representado pelo Dr. Jonas Malheiro Savimbe, e a FNLA no Zaíre, representada por Holden Roberto. No entanto, ano depois da independência, dava-se início a uma guerra civil por força dos desentendimentos entre os referidos três movimentos políticos. A histórica guerra que viria a terminar apenas em 2002 após a morte de Savimbe, escreve Hossi (2018), causou prejuízos incalculáveis que até aos dias presentes ainda se fazem sentir. A esse respeito, acrescenta ainda Guambe (2017), dizendo que muitos campos de produção agrícola foram devastados tanto que alguns ainda estão no centro dos programas internacionais de desminagem. Tal situação foi sem sombra de dúvidas um grande entrave para a promoção de um programa social alimentar destinadas às fragilizadas instituições de ensino da altura.

O fenómeno guerra que desestabilizava sobremaneira o quadro nutricional das crianças que frequentavam à escola das zonas rurais e não só, levou a que o antes Ministerio de Educação e Cultura de Angola estabelecesse em 1990 um protocolo de cooperação com o Programa Alimentar Mundial ou simplesmente PAM criado pelas Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO. (FNDE, 2007). O PAM é um programa de ajuda alimentar que surgiu entre os anos de 1961 a 1963 cuja finalidade passa em erradicar a fome mediante distribuição de alimentos por meio de assistência humanitária devido a uma grande crise alimentar que assolava o mundo.

Este programa, segundo dados da ONU, presta assistência alimentar anualmente para mais de 91,4 milhões de pessoas em 83 países (Hossi, 2018; Chiquemba, 2023), conforme os seus objectivos (i) Salvar vidas em situações de crise; (ii) Proteger os modos de subsistência em situações de crise e aumentar a capacidade de resistência às crises alimentares; (iii) Apoiar a melhoria do estado de saúde e nutrição das crianças, das mães e de outros grupos vulneráveis; (iv) Apoiar o acesso ao ensino e reduzir as desigualdades entre os sexos no acesso ao ensino e à formação; (v) Ajudar os governos a criarem e gerirem programas nacionais de ajuda alimentar. Especificamente em Angola, os objectivos traçados consistiam em:

"aumentar as taxas de matrículas e da permanência dos alunos em sala de aula, melhorar as capacidades de concentração e de assimilação das crianças através do alívio da fome e reduzir a prevalência das deficiências de micronutrientes, por meio da distribuição de alimentos fortificados". (FNDE, 2007)

Este protocolo, segundo escrevem Chiquemba (2023), e Samuel (2011), consistiu em promover um programa piloto de nutrição do qual foram alvos 1600 crianças de duas escolas em Luanda, sendo 1400 crianças da Escola Especial de Luanda e 200 crianças da Escola da Paz no km 9, no município de Viana. Seu andamento satisfatório galvanizou ambas as instituições a assinarem no ano 2000 uma adenda que permitiu a introdução do mesmo programa na província de Malange, onde foram alvos mais de 80 alunos. (Samuel, 2011).

A análise dos resultados obtidos quer em Luanda quer na província de Malange, foram animadores, uma vez que foi possível registar nas escolas atrás referenciadas um aumento significativo de novas matrículas, rendimento escolar aceitável e pouca desistência, factos que viriam a concorrer para que no ano de 2004

fossem aprovadas uma Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) e outras virada para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como foco. (Hossi (2018)

Infere-se que esses e outros dados constituíram como fortes indicadores que motivou a que se pensasse em novas políticas para estender o programa em mais localidade, tendo resultado no ano de 2006 por força do Decreto executivo n.º 131/06 de 3 de Novembro, a aprovação do Regulamento Interno da Direcção Nacional para Acção Social Escolar. Vale destacar que depois disto, o programa de nutrição entre o Ministerio de Educação e Cultura de Angola e o PAM, viria a chegar a todas as províncias de Angola, tendo sido abrangido em 2007 um milhão de alunos, dos quais 410.000 atendidos pelo PAM e 590.000 atendidos pelo Governo de Angola com a despesa calculada em mais de 35.000.000 dólares norte americano. (FNDE, 2007; Chiquemba, 2023; Samuel, 2011). Importa inferir que o sucesso na prossecução dos objectivos traçados por parte do PAM, só foi possível em escolas onde havia água potável, cozinha ou refeitório, armazém e casas de banho, segundo os critérios de escolha estabelecidos. (FNDE, 2007)

No ano seguinte, isto em 2008, o PAM deixou de atender as 8 províncias sob sua coordenação enquanto que o Governo de Angola continuou atendendo todas as províncias, no entanto com uma despesa que correspondeu a 61.182.000 dólares norte americanos, o que permitiu atender 1.080.000 crianças. (Chiquemba, 2023; Samuel, 2011). Importar sublinhar aqui que a medida de deixar de atender 8 províncias por parte do PAM, foi de acordo com o Relatório de Diagnose do Programa de Merenda Escolar de Angola, elaborado pelo FNDE, em cumprimento do acordo estabelecido, que apontava que depois de 2007, o Governo de Angola assumiria a total responsabilidade pela produção, armazenamento, conservação e distribuição da merenda escolar. Pois como se pode ler:

"Segundo o plano de ação elaborado pelo Governo Central para os anos de 2006 a 2008, fica identificado como público alvo a ser atendido pelo PAM crianças de 4 a 15 anos de idades que frequentam o primeiro nível de ensino, totalizando o atendimento de 470.000 alunos de 8 províncias". (FNDE, 2007, p. 14)

"Entretanto, o PAM estará atendendo até o término de 2007, a apenas duas Províncias, Bié e Huambo, devido à decisão de retirada, motivada pela capacidade de Angola poder assumir o Programa de Merenda Escolar". (FNDE, 2007, p. 14)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ou simplesmente FNDE, é uma instituição brasileira que encabeçada por diversos especialistas, prontificou-se no ano de 2007 em apoiar o Governo de Angola na criação de um projecto de implementação de um programa nacional de merenda escolar conforme os objectivos na altura preconizados.

Dando seguimento aos trabalhos iniciados em 2006, relativos aos esforços conjuntos do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Governo brasileiro, por intermédio do FNDE, em particular, da Coordenação Geral do PNAE, no intuito de apoiar o Governo de Angola, na implementação de um Programa Nacional de Merenda Escolar, foi encaminhada a presente missão para realizar o diagnóstico inicial, com vista a ajudar o Governo no desenho do programa. (FNDE, 2007, p. 3)

A missão teve como objetivo realizar diagnóstico quanto às condições do atendimento da alimentação escolar nas escolas angolanas, para propor a formas de implantação de um programa de alimentação escolar angolano, por meio de cooperação técnica a ser firmado entre o Governo brasileiro e de Angola. (FNDE, 2007, p. 3)

1.3.1 Políticas públicas e bases legais do Programa da Merenda Escolar em Angola

Em nível da híper-estrutura política do país, não se pode falar de legislação sem fazer menção à Carta Magna da República de Angola (CRA), no caso, a Constituição Nacional. É, pois, a partir da Constituição que se promulgam algumas tarefas do Estado no que a educação e o seu acesso diz respeito, é o caso por exemplo do exposto na alínea i) do artigo 21 sobre os investimentos estratégicos, massivos e permanentes que devem ser feitos para o desenvolvimento integral das crianças, desenvolvimento este que não se faz apenas na esfera cognitiva, motora ou afectiva mas também, do ponto de vista nutricional mediante programa de merenda escolar nas escolas, o que consubstanciou-se de igual modo como uma política pública de combate à fome conforme sublinha Hossi (2018). Segundo ainda o mesmo autor,

O tratamento jurídico para o Programa da Merenda Escolar como política pública procura justar sua aplicabilidade a mecanismos adequados para a cobertura igual e continua a todo o território nacional, uma vez que se tornou uma obrigação do Estado ao colocar na agenda a necessidade desta franja. (p. 35)

Vale destacar, que não estando fora das orientações emanadas no contexto das nações, a implementação do referido programa que orienta seu foco nas crianças por serem em teoria o grupo social mais vulnerável, alia-se aos princípios de protecção da criança bem como ao artigo 25º presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) segundo o qual, "toda a pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação [...]" e na Declaração dos Direitos da Carta Africana (DDCA).

A par da CRA, e de acordo com outras as bases legais a que se teve acesso, percebe-se por exemplo, que no n.º 1 e 3 do artigo 11º Lei n.º 32/20 de 12 de Agosto, que alterada a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE), encontra-se expressa orientações voltadas para a gratuidade que deve imperar não só na inscrição, na assistência às aulas e no material escolar mas também nos apoios sociais, dentre os quais, vale referir, na promoção da merenda escolar.

1. A gratuidade no Sistema de Educação e Ensino traduz-se na isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas, material escolar e apoio social, para todos os indivíduos que frequentam o Ensino Primário nas instituições públicas de ensino.
3. O Estado deve garantir e promover as condições necessárias para tornar gratuita a frequência da classe de Iniciação e o I Ciclo do Ensino Secundário, bem como o transporte, a saúde e a merenda escolar nas instituições públicas de ensino.

Especificando esta questão, importa referir que as políticas sobre a merenda escolar em Angola, que se enquadram no âmbito do apoio social aos alunos, são gizadas pela Direcção Nacional para Acção Social Escolar, conforme consta do artigo 114º da LBSEE.

1. O Titular do Poder Executivo estabelece normas dos serviços de apoio social, para benefício de alunos, destinados a minimizar o impacto negativo das condições económicas e sociais precárias no desenvolvimento dos alunos e no seu desempenho escolar e académico, aumentando as possibilidades de sucesso escolar.
2. Os serviços de apoio social concedem apoios sob diversas formas, tais como merenda escolar, bolsas de estudo, material escolar, senhas de transporte, lares e internatos, assistência psicopedagógica, orientação vocacional e profissional e outros.

Segundo o artigo 1º do Regulamento Interno da Direcção Nacional para Acção Social Escolar, aprovado pelo Decreto executivo n.º 131/06 de 3 de Novembro, a Direcção Nacional para Acção Social Escolar, é um órgão do Ministério da Educação (MED) responsável pela formulação, aplicação e implementação da política de acção social escolar no sistema de ensino não superior público, nos domínios do apoio social directo e indirecto ao aluno, das bibliotecas escolares, do desporto escolar e da orientação escolar e vocacional. Dentre estas políticas, destacam-se os programas de nutrição escolar que são materializados com a promoção do Programa de Merenda Escolar.

Segundo consta dos artigos 7º e 12º do mesmo regulamento, a responsabilidade do acompanhamento, do controlo e das políticas a serem traçadas para a implementação do programa de merenda escolar, é gerida pelo Departamento para o Apoio Social ao Aluno através da Secção de Merenda Escolar.

Para a sua efectivação completa, urgiu a necessidade de atribuir ao Programa de Merenda Escolar, um regulamento próprio, o que efectivou-se por forças do Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro, que aprovou o Regulamento da Merenda Escolar. O referido Decreto Presidencial, conforme se pode ler no seu artigo 1, não só estabelece as normas sobre a preparação, atribuição e fiscalização da merenda escolar, mas também define as responsabilidades dos órgãos que participam na referida implementação do programa, com vista a alcançar os objectivos propostos no artigo 4, discriminadamente (i) estimular a capacidade de apreensão de conhecimentos das crianças; (ii) favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades das crianças; (iii) prevenir situações de insucesso e de abandono escolar; (iv) suplementar as necessidades nutricionais dos alimentos; (v) contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis; (vi) promover a assiduidade e o efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória.

1.3.2. Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro - Regulamento da Merenda Escolar

Por encerrar em si uma enorme importância, julgou-se necessário trazer uma reflexão em torno dos principais aspectos dispostos no referido diploma, dentre os quais se destacam os princípios de atribuição, o tipo e os componentes da merenda

bem como os locais onde as mesmas podem ser distribuídas. Vale, portanto, salientar antes que, não obstante de ser um programa de âmbito nacional, ou seja, que deve ser aplicado em todas as localidades segundo o artigo 3º e, conforme já se referenciou, seu público alvo abrange exclusivamente os alunos matriculados nas Instituições de ensino primário público e privada que são comparticipadas.

Relativamente aos princípios de atribuição da merenda escolar, o diploma estabelece no seu artigo 5º, os princípios pelos quais devem ser obedecidos para a atribuição da merenda, sendo os princípios da igualdade, o princípio do respeito pelas diferenças biológicas das crianças, o princípio da idade dos alunos o que de certa forma remete também para a necessidade de estratificar entre os mais vulneráveis. Não menos importante, é ainda o princípio do uso preferencial dos alimentos que são produzidos localmente, como o milho, ginguba, mandioca, bombó e outros como forma, entende-se aqui por um lado, para promoção e valorização do que é produzido localmente bem como para permitir que as escolas tenham à tempo certo a merenda em sua disposição (Chicuemba, 2021), essa que pode ser um lanche à base de ração seca ou ainda uma refeição líquida ou semi-líquida que inclua os três grupos de nutrientes fundamentais para o bom desenvolvimento das crianças, no caso, nutrientes construtores, reguladores e energéticos, conforme se descreve no artigo 2.º

- **Nutrientes construtores:** Envolvem as proteínas que constroem e reparam os tecidos e órgãos e aumentam a resistência do organismo contra as infecções.
- **Nutrientes reguladores:** Envolvem as vitaminas que defendem o organismo de infecções e actuam em vários processos metabólicos do corpo humano, assim como os minerais que regulam as funções das células.
- **Nutrientes energéticos:** Envolvem os hidratos de carbono que fornecem energia para realizar as actividades do dia-a-dia e os lipídios que fornecem energia e servem para transportar vitaminas para o corpo humano.

Na visão de Chicuemba, (2021), o uso de produtos agrícolas se constitui como uma mais valia, na medida em que leva os alunos, pelo menos em uma parte do dia, ingerirem alimentos diversificado que melhor actuam para o pleno funcionamento do organismo diferente dos alimentos calóricos, como são os casos de frituras, salgadinhos, doces entre outros que muito contribuem negativamente.

Sobre o local ou entidade de distribuição, o artigo 9 diz que a merenda escolar pode ser distribuída nas cantinas das escolas ou ainda a partir de refeitórios ou cozinhas comunitárias que devem ser criadas somente nos casos em que as condições da escola não for a melhor ou ainda mediante as necessidades nutricionais dos alunos. Distribuídas a partir da cantina escolar ou não, o artigo 7 estabelece na alínea c) a necessidade de se observar as regras de higiene alimentar bem como o fornecimento diário de 700 calorias por dia, conforme a alínea a) e que devem ser fornecidos gratuitamente ao longo dos dias lectivos normais conforme dita o artigo 8.

Não seria o contrário a preocupação com os locais onde a merenda deve ser distribuída (Chicuemba, 2021)., estas que devem do ponto de vista nutricional contribuir para a estabilidade dos alunos de modo a que se alcance de forma exitosa os objectivos preconizados que se resumem em reduzir o insucesso escolar, diminuir as taxas de retenção e evasão escolar, conforme descrito no referido diploma.

Por sua complexidade e considerando o número de escolas e com elas o número de alunos matriculados pela primeira vez e não só no sistema público de ensino, a materialização de forma eficaz do programa exige a que haja um leque de esforços conjuntos, esforços esses que envolvem o (i) Departamento Ministerial da Educação, responsável por elaborar as políticas, estratégias e regulamentos para a implementação do PME; (ii) Departamento Ministerial da Saúde, responsável por definir os valores nutricionais e a qualidade dos alimentos bem como fiscalizar os locais onde são conservados e preparados os alimentos; (iii) Departamento Ministerial do Comércio, que fiscaliza as cantinas, fábricas e refeitórios escolares através do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC); (iv) Departamento Ministerial da Agricultura, responsável por identificar as zonas de insegurança alimentar e fomentar a produção agrícola familiar virada para a merenda escolar; (v) Governos Provinciais, que deve reunir trimestralmente com os directores de provinciais afectos a cada departamento ministerial para analisarem os planos de execução assim como devem proceder a homologação dos contratos para a implementação do PME; (vi) e finalmente surgem as Administrações Municipais, que se responsabilizam produzir relatórios mensais sobre a execução do PME e a Comissão de Pais e Encarregados de Educação, que acompanha a distribuição da merenda e apoia na organização das cozinhas comunitárias.

Como referido ao longo da incursão histórica sobre o PME em Angola, os financiamentos iniciais foram feitos pelo Governo de Angola em parceria com o PAM (Samuel, 2011). Pela sua importância e dado o facto de que o PME é um programa de âmbito nacional, seu financiamento se é feito por um lado pelo Executivo mediante atribuição de uma quota que é expressa anualmente no Orçamento Geral do Estado (OGE) e, por outro lado, por parceiros nacionais ou internacionais conforme o artigo 18. A respeito disto, destaca-se as intervenções da empresa Grupo Carrinho, que se destaca, pois segundo sublinha a Global Child Nutrition ou simplesmente Fundação Global para a Nutrição Infantil (GCNF):

O governo nacional alocou USD 8.088.595 para os municípios (3 milhões de kwanzas angolanos por mês por município durante o ano lectivo), e pelo menos parte deste valor é dedicado ao programa de alimentação escolar. No entanto, não está claro se este é o orçamento total para alimentação escolar, pois a iniciativa privada também contribui com o financiamento, com destaque para a Empresa Carrinho, que iniciou a distribuição de merenda escolar no ano letivo 2020-2021 e alcançou 996 escolas em 53 municípios. (2021, p. 6)

Deste modo, um programa de tamanha exigência quer seja em termos de recursos materiais quer em e financeiros, implica um rigoroso acompanhamento e fiscalização que conforme consta do artigo 19.º, é da responsabilidade dos Governos Provinciais.

"Os Governos Provinciais, através das respectivas Direcções Provinciais de Educação, em colaboração com as Direcções Provinciais da Saúde, do Comércio e da Agricultura, devem fazer uma avaliação periódica das cantinas, refeitórios, cozinhas comunitárias e dos armazéns de acondicionamento dos alimentos [...]"

A acções conjuntas das instituições acima referenciadas, no âmbito da fiscalização da implementação do PME, conforme as alíneas a), b) e c), objectivam de modo geral assegurar os cuidados necessários em matéria de higiene do local e dos produtos, garantir o bom estado de conservação dos produtos alimentares a serem distribuídos para os alunos. Importa destacar, que não obstante de ser um ente desprovido de autonomia administrativa ou política que lhe permita supervisionar ou fiscalizar a implementação do PME, a Comissão de Pais e Encarregados de Educação, acaba sendo o ente mais próximo das instituições de ensino que, conforme as atribuições que lhe são conferidas nas alíneas a), b) e c) do artigo 17.º, pode acompanhar a distribuição da merenda, propor medidas de melhor o que se oferece na merenda assim como pode ajudar na organização das cozinhas comunitárias.

1.3.3. Quadro actual de implementação do Programa de Merenda Escolar

O ano de 2025 será de grande relevância para Angola pelo facto de ser o ano que marcará o jubileu da independência nacional. Não obstante dos festivos 50 anos de independência, o país ainda mostra indicadores de fragilidades no seu tecido económico e, principalmente, no seu tecido social por conta dos efeitos deixadas pelos vários anos de guerra civil que caracterizou o país no pós-independência e também pela prolongada crise económica. (Samuel, 2011). Nisto, assiste-se mesmo em determinadas zonas do país, o índice crescente de famílias que fazem uma única refeição dia. Tal facto e outros revelam sobre maneira o elevado grau de miséria a que muitas famílias são alvos, motivados pela crise económica que se agudiza de forma bruta. Pois como sublinha, Samuel:

Apesar dos progressos já alcançados, a situação das crianças angolanas ainda é preocupante, sobretudo do ponto de vista económico.

O baixo rendimento das famílias surge como uma das razões pelas quais muitas crianças têm um índice de aproveitamento muito baixo, outras abandonam a escola e reprovam, sendo que a fome e a doença surgem como os principais factores decorrentes desta situação. (2011, 147)

Não se pode por razões quaisquer, ignorar o fenómeno da pobreza que caracteriza muitas famílias angolanas, pois como refere Samuel (2011), ela exerce grande influência na escolaridade e determina sobre maneira e em grande parte o abandono e o insucesso escolar por parte de muitas crianças, com grande ênfase, vale acrescentar, para as crianças que vivem em zonas rurais, cujos pais sobrevivem das actividades económicas do sector primário, como é o caso da agricultura.

Os elevados números de casos, seja de abandono ou insucesso escolar motivado principalmente pelas razões já apresentadas, têm estado de forma recorrente no centro das atenções do MED e de todo agente educativo activo ou passivo. Prova disso, conforme se pode considerar a partir dos contributos teóricos de Samuel (2011), é que falasse sempre de forma teórica de estratégias de execução de um programa de merenda escolar, cujas finalidades se consubstanciam em melhorar o estado nutricional e saúde das crianças através da irradicação da fome e melhorar o rendimento escolar das crianças mediante mitigação das taxas de mortalidade infanto-juvenil causadas por doenças associadas à má nutrição.

Com isto, muitos são os que admitem que o quadro actual de implementação do Programa de Merenda Escolar é deficiente, por um lado hipoteticamente pelos graves problemas de gestão que caracteriza muitas instituições públicas e, por outro lado, pelo facto de alguns produtos que são distribuídos em algumas escolas não obedecerem aos padrões que a Organização Mundial da Saúde recomenda (carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais), pelo mau estado de armazenamento e de conservação e pelo facto de muitas vezes alguns produtos como leite, iogurtes e sumos vencerem a data tal como escreve reforça Samuel (2011).

Logo, não obstante de estar regulamentada como sendo de âmbito nacional, o que claramente quer dizer que ela deve ser implementada em todas as escolas públicas do ensino primário das agora 21 províncias existentes no país, de acordo com a nova Divisão Político-Administrativa, sua real implementação não passa de projecto para muitas escolas. Tais sentenças podem ser confirmadas se forem analisados os dados do Relatório de Monitorização sobre Educação para Todos do ano 2014. De acordo com este relatório, das 79% das crianças que estavam inseridas no Ensino Primário em 2014, apenas 48% foi contemplada com o programa. (UNESCO, 2014)

Ainda nesta senda, os resultados obtidos por Hossi (2018), em torno do mapeamento do programa de merenda escolar nas províncias de Luanda e do Huambo, revelaram que o PME inicialmente previsto para ser implementado em 15 escolas da província do Huambo, sua materialização conforme relata o autor, foi possível somente em 3 escolas. Tal facto, reforça o autor, fez com que muitos pais e encarregados de educação retirassem os seus filhos das escolas onde não havia merenda para matriculá-los nas escolas onde havia merenda. Pois como sublinha o autor:

Os responsáveis da província do Huambo entendem que o que é feito para o Programa da Merenda Escolar não obedece às planificações realísticas. Com isso, os mecanismos de distribuição não funcionam, ou seja, os métodos de distribuição ainda não são satisfatórios e carecem de profissionalismo. (2018, p. 76)

Todavia como os recursos são escassos em relação à demanda e foi o que se registou, não houve dinheiro suficiente para fazer cobertura do programa, escolheram-se grupos para implementar a merenda escolar onde havia mais carência, mais necessidades alimentares. Quanto ao responsável da província do H a percepção foi de que a partir de 2012 o programa

deixou de ser regular, devido a transferência da gestão que passou da instância provincial para a instância municipal. (2018, p. 76)

Importar admitir que um dos critérios usados para a implementação de qualquer programa de cunho social, tem que ver com a identificação das zonas mais vulneráveis como se constatou nas informações. No entanto, a fragilidade na implementação do PME percebe-se quando por um lado havia sido previstas 15 escolas sendo que na prática, somente 3 foram contempladas.

Outro aspecto que confirma o não alcance dos objectivos desejados na implementação do PME, tem que ver com as declarações do Ex-Ministro da Educação, Dr. Pinda Simão a quando de uma explanação cedidas á alguns órgãos de imprensa em torno de um encontro onde foram analisadas a alocação de recursos para a esfera social no Orçamento Geral do Estado (OGE 2016) promovido pela Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Segundo informou o ex-ministro, "o programa tem tido menos recursos em relação ao momento que se iniciou, é verdade, é como referi aqui [...]". Na mesma senda, no âmbito das análises que foram feitas em torno dos 0,117% de receitas que se atribuiu à Educação conforme sublinhou a Lusa (2016), a ADRA, reforçou afirmando que "o que ainda é mais preocupante são constatações de que o programa está paralisado em muitas províncias, facto que corroborámos durante as visitas às diferentes províncias do país." Reforçando estes dados, surge a GCNF (2011). Segundo esta organização, o destaque positivo que se pode dar ao PME e Angola, tem que ver apenas com o facto do mesmo programa ter contribuído para mitigar o abandono e consequente fracasso escolar nas zonas rurais, enquanto isso, o financiamento que não abrangiu todas as escolas, determinou os problemas na implementação do PME no país.

"Entre os sucessos do Programa de Merenda Escolar em Angola, está o atendimento a problemas que contribuem para o fracasso escolar em comunidades rurais e de crianças de baixa renda, e melhora o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, a partir de 2020–2021, o financiamento não abrangeu todas as escolas primárias, conforme estabelecido na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei n.º 17/16, de 7 de outubro. [...]" (p. 7)

E segundo os depoimentos da Ministra da Educação, Luisa Grilo a quando da reunião da 1ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros do ano 2025, sob presidência do Presidente da República, João Lourenço, onde aprovou-se o novo

Programa Nacional de Alimentação Escolar que substituirá o até então em vigor, o PME aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro, não tinha os elementos nutritivos necessários para o pleno desenvolvimento integral dos alunos e não foi abrangente para todos os alunos, pois conforme referiu a ministra, o programa anterior "era um programa que acabava por discriminar a população escolar". (Esteves, 2025, p. 3)

Com o novo Programa Nacional de Alimentação Escolar, que surge para reestruturar o anterior, será possível, diga-se ainda em teoria, oferecer refeições quentes e condignas aos alunos assim como permitirá também a sua abrangência para todos os municípios do país. (Esteves, 2025)

CAPÍTULO II - METODOLOGIA DE PESQUISA

A expressão metodologia acarreta consigo um sentido bastante amplo, podendo indicar um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social tal como afirma Gonsalves (2001). Direccionada ao campo ou área de pesquisa, a metodologia compreende um conjunto de técnicas e de procedimentos para a coleta de dados empíricos. Neste sentido, enfatiza a autora dizendo que a metodologia significa o caminho a ser percorrido. (Gonsalves, 2001). Assim sendo, apresenta-se de seguida os tipos de pesquisas, o modelo de abordagem, os níveis de estruturação dos métodos, as técnicas e os instrumentos de colecta de dados assim como a caracterização do campo de pesquisa e, com ela, a população e a amostra.

2.1. Tipos de pesquisa

2.1.1. Quanto aos objectivos

Quanto aos objectivos a pesquisa foi descritiva, uma vez que envolveu o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como foram os casos de questionário e observação sistemática. Importa referir que este tipo de pesquisa visa descrever as características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento. Factos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador. (Prodanov, 2013; Lakatos e Marconi, 2017). Deste modo, considerando a questão levantada e com ela os objectivos, a pesquisa foi descritiva, visto que mediante o estudo empírico ou de campo e com elas os dados adquiridos, permitiram descrever e compreender o impacto da Merenda escolar no aproveitamento dos alunos da 4.^a classe da escola n.º 722 Caiêngue.

2.1.2. Quanto aos procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos, uma pesquisa pode ser bibliográfica ou empírica. Segundo destacam Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica surge como uma fonte indispensável de informações, visto que a partir dela pode se obter dados relevantes e actuais sobre determinado tema em trabalhos já revisados e revestidos de alguma importância. O estudo empírico ou pesquisa de campo é por sua vez na visão Gonçalves (2001), o tipo de pesquisa que ajuda o pesquisador a buscar as informações diretamente com a população estudada, sendo deste exigida

a presença fiel no local ou espaço onde decorre ou decorreu o fenómeno que estiver a ser estudado.

Nesta ordem de ideias a pesquisa foi feita com base à revisão da bibliografia disponível e pelo estudo empírico. A escolha destas pesquisas, deveu-se ao interesse em saber minimamente o que já foi escrito sobre o impacto da merenda escolar no aproveitamento dos alunos. Assim, na pesquisa bibliográfica recorreu-se a tudo que já foi escrito sobre a temática, no caso de livros, artigos de revistas, dentre outros. E por outro lado, recorreu-se ao estudo empírico por ela permitir manter o contacto directo com os elementos da escola Caiêngue, uma vez que foi necessário em algum momento da pesquisa manter conversa com estes participantes da pesquisa que puderam fornecer dados relevantes sobre a merenda escolar e seu impacto na escola local.

2.1.3. Quanto a natureza

De acordo com muitos autores, a pesquisa quanto a natureza pode ser básica ou aplicada. A pesquisa básica conhecida também como pesquisa fundamental, segundo se afirma, é aquela em que o pesquisador procura apenas obter mais conhecimentos em torno do estudo de uma temática, de modos a entender o mesmo assunto. (Prodanov, 2013). Por outro lado, a pesquisa aplicada é aquela que leva o pesquisador a procurar uma solução prática para o problema identificado. Esta pesquisa recorre então aos conhecimentos adquiridos na pesquisa básica ou fundamental para desenvolver e propor soluções práticas. (Lakatos e Markoni (2017). Nestas conformidades, quanto a natureza a pesquisa foi aplicada.

2.2. Modelo de abordagem

A abordagem do presente estudo baseou-se maioritariamente no modelo de investigação qualitativa descritiva, visto que não tendo havido manipulação de hipóteses e variáveis, procurou-se apenas confirmar as questões científicas que foram levantadas. Este tipo de abordagem visa estudar de forma profunda a qualidade dos fenómenos sociais, a sua variabilidade e particularidade, interpretando a natureza específica das relações humanas e destacando a sua complexa diferença da casualidade em ciências exactas e naturais. (Lakatos & Markoni, 2017). Para Matos (2006), a pesquisa qualitativa envolve a colheita de matéria narrativa, mais subjectiva, utilizando procedimentos com mínimo de controlo impostos pelo investigador. A

investigação qualitativa ocorre no campo em ambiente natural dos acontecimentos onde o investigador é o instrumento principal. Ademais, para quantificar e analisar a frequência das respostas obtidas por parte do questionário aplicado aos alunos, recorreu-se igualmente ao modelo quantitativo. Logo, o modelo de abordagem foi assim qualitativa e quantitativa.

2.3. Níveis de Estruturação dos métodos

Nível teórico: No nível teórico, apresenta-se a pesquisa bibliográfica, sendo ela fundamental na estruturação dos métodos de pesquisa e pelo facto de ter garantido os subsídios necessários para a fundamentação teórica do tema em abordagem por meio da investigação e a análise de informações disponíveis em livros, artigos, teses, dissertações e outros materiais escritos sobre a merenda escolar.

Nível empírico: Para o nível empírico tal como refere a sua denominação, o estudo fez-se com base a pesquisa empírica ou de campo pelo facto dela permitido através de evidências e factos concretos e observáveis colher os dados na escola n.º 722 que complementaram a pesquisa teórica e conseqüentemente ajudaram a emitir as conclusões da pesquisa em torno do entendimento que se esperava sobre o impacto da Merenda Escolar no aproveitamento dos alunos da 4.ª classe da escola n.º 722 Caiêngue.

2.4. Técnicas de recolha de dados

2.4.1. Técnica de Observação

Segundo destacam Lakatos e Marconi (2017), a observação é uma técnica que se utiliza dos sentidos de obtenção de dados relevantes de uma determinada realidade. Segundo sublinham as autoras, esta técnica ajuda o pesquisador não só a identificar por meio da visão e da audição o que se quer estudar, mas também a examinar os factos e fenómenos. A esse respeito, Prodanov (2013) destaca o facto da observação permitir ao pesquisador observar um comportamento. Para a classificar, Lakatos e Marconi (2017), dizem que ela pode ser sistemática ou assistemática. De acordo com estas autoras, a observação assistemática ou simplesmente informal ou não estruturada, é uma técnica em que o pesquisador recolhe informações sem necessariamente utilizar-se de um plano previamente estruturado ou planificado, podendo muitas vezes obter informações mais do que

necessário para a sua pesquisa. Por sua vez, na observação sistemática, o pesquisador parte de um roteiro pré-elaborado para obter informações do que se pretende observar, registrando as mesmas em bloco de observação. Considerando, deste modo, a natureza dos dados, fez-se recurso à observação assistemática, uma vez que os dados colectados não partiram de um planeamento prévio do que se queria observar no campo.

2.4.2. Técnica de Entrevista

Para Lakatos e Marconi (2017), a entrevista é uma técnica de colecta de dados que realiza-se por meio do contacto face a face entre o pesquisador e o sujeito a ser perquirido a partir do qual elaboram-se uma série de questões sobre determinado assunto que serão respondidas pelos sujeitos entrevistados. A entrevista segundo alguns autores pode ser estruturada ou semi-estruturada. A entrevista estruturada, é o tipo de pesquisa onde o sujeito pesquisador se fixa única e exclusivamente nas perguntas presentes no material de recolha de dados, no caso, o guião de entrevista, dando então assim ênfase apenas para questões fechadas e não abertas. (Prodanov & Freitas, 2013). Enquanto isso, na entrevista semi-estruturada, há maior liberdade do pesquisador querer saber mais dos entrevistados mesmo que algumas respostas não estejam enquadradas nas questões que estiverem no guião de entrevista. Por sua flexibilidade, recorreu-se à pesquisa semi-estruturada.

2.5. Instrumentos e procedimentos de recolha de dados

Para o estudo que se quer realizar, foi aplicado a entrevista semi-estruturada a partir da aplicação de um guião de entrevista à Directora Geral e à três professores, por se entender que dentre os outros agentes educativos da instituição, os mesmos têm as informações mais precisas sobre o funcionamento da instituição no que a merenda escolar diz respeito. As entrevistas decorreram de forma presencial e aos participantes, foram esclarecidos sobre o objectivo da pesquisa bem como se garantiu a salvaguarda de quaisquer informações que foram passadas unicamente para fins académicos e científicos, no caso, a elaboração do presente Trabalho de Fim de Curso para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia. Em complemento, aplicou-se de igual forma um questionário de múltipla escolha aos alunos da 4.^a classe que compreendeu 9 questões de múltipla escolha, visto que em parte eles foram o objecto da referida pesquisa, no caso, à quem o impacto da merenda se fez sentir na

prática.

2.6. Caracterização do campo de pesquisa

A Escola n.º 722 é uma instituição do Ensino Primário localizada na província do Bengo, município de Nambuangongo, comuna de Cama Cassola, bairro Caiêngue e foi inaugurada a 17 Setembro de 2019. A escola tem a capacidade mínima de 150 alunos, mas dada a demanda de crianças que frequentam, excedendo o número de alunos recomendados por sala, ela conta actualmente com mais de 250 alunos. De acordo com a sua estrutura, é uma instituição que conta com 4 salas de aulas, cada uma com a capacidade de albergar 45 alunos, distribuídos em 2 turnos, no período da manhã com a Iniciação a 2.^a classe e no período da tarde, com 3.^a e 6.^a classe respectivamente. Relativamente aos recursos humanos, a instituição conta com 1 Directora, 1 Subdirector Pedagógico, 1 Subdirector Administrativo, 16 professores dos quais 10 do sexo masculino e 6 do sexo feminino, 1 agente de segurança e 1 agente da limpeza.

2.7. População e amostra

De acordo com Lakatos e Marconi (2017), população pode ser definida como sendo o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam uma ou mais característica em comum enquanto que a mostra será o que estas autoras chamaram de a representação parcelar da população que é seleccionada e que realmente será submetida à pesquisa.

Para a pesquisa que se realizou em torno da merenda escolar, fizeram parte da população todos os agentes activos e não activos da Escola Primária Caiêngue. Relativamente a amostra, foram seleccionadas apenas como participantes a Directora Geral e três professores seleccionadas a partir do método de obtenção de amostras por conveniência por serem os principais envolvidos na coordenação, preparo e distribuição da merendas para os alunos.

Especificamente à 4.^a classe, foi formada no pretérito ano lectivo por 35 alunos, dos quais 19 do sexo masculino e 16 do sexo feminino. Entre estes, foram seleccionados 16 alunos.

2.7.1. Caracterização dos participantes do estudo.

Tabela 1 – Participantes da pesquisa

População				
Todos os intervenientes da Escola Primária n.º 722.				
Amostra				
Direcção Geral	Professores		Alunos	
-----	M	F	M	F
1	2	1	8	8
1	3		16	
Total – 20				

Fonte: autoria própria, 2025

Quanto ao pessoal não discente, formada pela Directora Geral e mais três professores, vale dizer que a Directora Geral leva consigo 10 a 15 anos de tempo de experiência exercendo a função enquanto que os três professores, todos formados pelo Magistério Primário, partilham os mesmos anos de experiências, no caso entre 5 a 10 anos. Quanto aos alunos perquiridos, as tabelas abaixo apresentam a caracterização mais pormenorizada dos aspectos julgados necessários.

Tabela 2 – Caracterização dos alunos quanto ao sexo

Sexo	Frequência	Percentagem
<i>Masculino</i>	8	50%
<i>Feminino</i>	8	50%
<i>Total</i>	16	100

Fonte: questionário aplicado aos alunos, 2025

Tabela 3 – Caracterização dos alunos quanto à faixa etária

Faixa etária	Frequência	Percentagem
9 aos 11 anos	8	53%
12 aos 14 anos	6	40%
15 aos 17 anos	1	7%
<i>Total</i>	16	100

Fonte: questionário aplicado aos alunos, 2025

Tabela 4 – Caracterização dos alunos quanto à profissão dos pais

Faixa etária	Frequência	Porcentagem
<i>Camponês</i>	12	75%
<i>Doméstico/a</i>	4	25%
<i>Total</i>	16	100

Fonte: questionário aplicado aos alunos, 2025

2.8. Procedimentos operacionais

Para a materialização do presente trabalho, foram observados os seguintes procedimentos:

- ✓ Escolha e delimitação do tema seguida da sua aprovação;
- ✓ Seleção da bibliografia inerente ao tema;
- ✓ Leitura e exploração bibliográfica e documental;
- ✓ Elaboração e construção lógica do corpo do trabalho;
- ✓ Análises e correções do trabalho;
- ✓ Elaboração do guia de entrevista e do questionário;
- ✓ Contacto com a instituição e entidades participantes da pesquisa;
- ✓ Aplicação dos instrumentos, recolha e tratamento dos dados;
- ✓ Análise e interpretação dos dados recolhidos;
- ✓ Elaboração final do trabalho e apresentação e defesa do trabalho.

2.9. Dificuldades encontradas ao longo da elaboração do trabalho

No âmbito das dificuldades encontradas, destacam-se a dificuldade na determinação e delimitação do tema. A demora na liberação da credencial, o que de certa forma motivou o não cumprimento dos primeiros prazos estipulados pela instituição e, não menos importante, foram os inconvenientes surgidos que interferiram igualmente na conclusão da redação do trabalho.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Entrevista concedida pela Directora Geral e pelos professores

3.1.1. Tipos e locais de confeccionamento dos alimentos

Os alimentos, conforme a interpretação que se pode fazer da descrição teórica feita por Chiquemba, (2023) constitui-se como a fonte de energia que permite ao organismo humano realizar de forma eficaz as funções metabólicas, sendo que sua ausência coloca em risco a nossa saúde. Sendo esta de forma específica destinada para os alunos, procurou-se com a primeira questão saber por parte dos participantes, quais eram os alimentos que eram distribuídos aos alunos e onde os mesmos eram confeccionados. Em resposta, quanto aos tipos de alimentos, os participantes informaram que o pacote da merenda compreendia a papa de soja, bolachas e chocapic com leite.

De acordo com o Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro, que aprova o Regulamento da Merenda Escolar, recomenda-se que se faça uso preferencial de alimentos produzidos localmente, vale dizer, à base da agricultura, como são os casos do milho, da ginguba, da mandioca, do bombó e outros, sendo estes o grupo de alimentos de ração fria conforme expresso no mesmo regulamento. Citando novamente Chicuemba, (2021), esta autora acredita que a ingestão diversificada dos produtos agrícolas, contribuem melhor para o pleno funcionamento do organismo pela riqueza nutricional que caracteriza os mesmos. O mesmo regulamento recomenda ainda que para além da alimentação à base de ração fria, deve se distribuir também uma refeição líquida ou semi-líquida que possam incluir nutrientes construtores, reguladores e energéticos. Olhando para o grau de cumprimento dos fundamentos emanados no Regulamento da Merenda Escolar, pode se inferir que a refeição líquida ou semi-líquida servida na escola Caiêngue corresponde com a papa de soja e como o chocapic com leite, sendo que a bolacha corresponde com a ração fria que o mesmo regulamento prevê.

Pode se inferir ainda que de forma hipotética que a aplicação de outros produtos agrícolas como o milho, a ginguba, a mandioca e outros não foi possível por conta da não existência de parcerias locais com cooperativas agrícolas que pudessem

disponibilizar estes e outros produtos mesmo não sendo um imperativo legal uma vez que a produção pode variar de região para região.

Tendo em conta os tipos de alimentos referenciados, foi necessário também questionar onde eram confeccionados os alimentos, caso específico da papa de soja e do leite. Segundo P1 e P3, os alimentos eram confeccionados na escola pelos próprios professores tal como acrescentou o P2. Não estando aquém das respostas já referidas, Directora Geral informou que os alimentos eram confeccionados na residência dos professores. Diferente destes, P2 informou que os alimentos eram confeccionados na província de Benguela e que os mesmos eram distribuídos pela empresa Grupo Carrinho. Confrontando e comparando as respostas obtidas, evoca-se o artigo 9 do mesmo regulamento, segundo o qual, em tom de possibilidade dita que a merenda escolar pode ser distribuída nas cantinas ou refeitórios das escolas caso estas tenham um outro compartimento.

Na ausência destes, o mesmo artigo dita ainda que a merenda pode ser distribuída nas cozinhas comunitárias, esta que devem ser criadas nos casos em que a escola venha a carecer de melhores condições estruturais ou quando nutricionalmente, não poder mitigar as necessidades dos alunos. Como alerta, salienta-se ainda a necessidade de os lugares de distribuição ou confeccionamento, cumprirem com as regras de higiene alimentar. A partir disto, pode se inferir que pelas condições fragilizadas com que se caracteriza a escola Primária Caiêngue, faz com que a merenda seja confeccionada e distribuída no pátio da escola e nalguns casos na residência dos professores, tal como informou a Directora Geral.

3.1.2. Distribuição da merenda escolar

Considerando a sua importância na melhoria da qualidade da alimentação dos alunos bem como no incentivo de permanência e aderência à escola, e conforme a regulamentação expressa sobre os dias de distribuição da merenda escolar em cada semana lectiva, a segunda questão indaga a quantidade de vezes que a merenda era distribuída semanalmente na escola Caiêngue, especialmente para os alunos da 4ª. Classe. Nisto, maior parte dos participantes perquiridos, no caso, P1 e P2 responderam unanimemente que a merenda escolar era distribuída três vezes na semana lectiva. Segundo P3, a merenda escolar era distribuída apenas duas vezes por semana lectiva, facto que foi reforçado por Directora Geral, ao afirmar que a

distribuição variava de dois a três dias na semana. Estabelecendo um período contrário, o artigo 7.º do documento normativo, dita que a merenda escolar deve ser fornecida de forma gratuita e diariamente, ou seja, todos os dias lectivos o que corresponde, portanto, em 5 dias úteis. Este fornecimento conforme consta, não será efectivado em 5 dias úteis nos casos não lectivos, ou seja, quando se observar os períodos de pausas pedagógicas ou quando os feriados nacionais calharem nos dias úteis.

Pode se deduzir desde já, que o fornecimento da merenda escolar de quando em vez em dois ou três dias, conforme os depoimentos dos professores deveram-se por um lado, a obtenção de quantidades de produtos insuficiente para o cumprimento do disposto no artigo 7 e, por outro lado, pela gestão de tempo bem como de pessoal encarregue no confeccionamento e distribuição da mesma merenda, uma vez eram os próprios professores que confeccionavam e distribuíam em dois ou três dias no momento da parada.

Nestas conformidades, o tempo para confeccionar, organizar os alunos e de seguida distribuir a merenda e consequente organizar os materiais de volta no espaço de armazenamento e assim seguir para a organização das condições para o arranque das aulas, seria muito escasso e comprometeria sobre maneira o esperado cumprimento do programa lectivo. Pelo que se considera, prevendo estes e outros contratempos é que, o mesmo regulamento dita que a merenda pode ser distribuída de igual modo por empresas privadas ou outros parceiros do sector. E segundo informou mesmo o P2, de quando em vez os alimentos eram confeccionados na província de Benguela e chegavam na instituição através da empresa Grupo Carrinho que realizava a distribuição, uma realidade, vale referir que obrigaria muitos processos e recursos.

3.1.3. Efeitos da merenda escolar nos alunos

Olhando não só para o propositivo de atrair os alunos para a mitigação do fenómeno de abandono escolar, muitos são os autores que defendem que o PME deve ir para além dessa finalidade meramente contraproducente, devendo por isso mesmo contribuir de igual forma para o incentivo a uma alimentação saudável. Nestas conformidades, os participantes foram questionados se achavam que a merenda

escolar distribuída no pretérito ano lectivo serviu apenas para matar a fome dos alunos ou se contribuiu também para o rendimento escolar dos alunos.

Notou-se pelas respostas, 100% de uniformidade e consciência do porquê da implementação do PME, pois segundo referiram todos os participantes, a merenda distribuída no pretérito ano lectivo contribuiu não só para atrair os alunos e matar a fome, mas também contribuiu para o rendimento escolar dos mesmos alunos.

Vale acrescentar ainda que a alimentação distribuída diariamente ajuda a manter os alunos na escola, melhora seus aproveitamento e evita que estes se dediquem desde muito cedo às ruas onde podem facilmente entrarem contacto com drogas, prostituição ou tráfico de seres humanos. Ainda a este respeito, Amorin (2014), refere que

"Hoje há o entendimento é que a alimentação escolar revela-se como um instrumento educativo, contribuindo não só para o rendimento escolar, como na formação de hábitos alimentares, garantindo o direito ao alimento adequado e resultando na segurança alimentar, nutricional e à saúde". (2014, p. 7)

Complementando esta questão, com a quinta questão procurou-se induzir os entrevistados a referirem de forma concreta alguns aspectos que evidenciaram a contribuição da merenda escolar no rendimento escolar dos alunos. Em respostas, percebeu-se que os alunos iam para a escola com regularidade, criou-se um ambiente bom no seio dos alunos assim como motivou a que os mesmos não tivessem pressa de voltar para casa, tal como afirmou P1. Considera-se por isso mesmo que os referidos indicadores espelharam ainda que de forma superficial o rendimento escolar positivo dos alunos.

Assim, por proporcionar maior motivação aos alunos para frequência regular da escola bem como por contribuir para o seu desenvolvimento nutricional, Chiquemba (2023), exorta os responsáveis em questão, sobre a necessidade de se primar não pela quantidade, mas sim pela qualidade dos produtos alimentares a ser distribuídos aos alunos, pois, assim como os alimentos proporcionam a energia necessária para o pleno funcionamento do organismo, eles podem de igual modo causar prejuízos sérios ao organismo quando estiverem em mau estado de produção, armazenamento, conservação e confeccionamento.

3.1.4. Supervisão e fiscalização da distribuição da merenda

Não sendo por si só uma iniciativa local, no caso, da escola Primária Caiêngue e nem de nenhum de seus agentes, sendo antes um programa de âmbito nacional tal como consta do regulamento do PME, indagou-se aos entrevistados sobre que entidade fiscalizava a distribuição da merenda nos dias em que a mesma habitualmente era distribuída aos alunos. Segundo P1, P3 e P2, a fiscalização era feita de quando em vez pela Directora Geral da escola e pelo Director Pedagógica, em companhia muitas vezes da Comissão de Pais e Encarregados de Educação. As respostas obtidas, revelaram ser mais de índole interno ou local na medida em a nível da escola, a entidade responsável é a Directora Geral.

No entanto, o artigo 19.º do Regulamento da Merenda Escolar, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro, diz que cabe aos Governos Provinciais, entenda-se no primeiro plano, os responsáveis por acompanhar e fiscalizar a implementação e andamento do PME, isto desde as cantinas e refeitórios escolares bem como fiscalizar as condições em cozinhas comunitárias e armazéns de armazenamento dos produtos. Vale referir que em parceria com os Governos Provinciais, destacam-se Direcções Provinciais de Educação, as Direcções Provinciais da Saúde assim como as Direcções Provinciais do Comércio e da Agricultura como fiscalizadoras.

Assim pode se considerar que no âmbito de suas atribuições, a Directora Geral da Escola do Ensino Primário n.º 722, pode actuar como agente que auxilia na fiscalização e constatação das condições de higiene e de conservação dos produtos localmente. Na mesma senda, em função do exposto no artigo 17.º do mesmo diploma legal, segundo o qual compete a Comissão de Pais e Encarregado de Educação, acompanhar a distribuição da merenda escolar bem como apoiar na organização das cozinhas comunitárias, pode se inferir igualmente que a comissão de pais exerce ainda que de forma passiva funções executiva e fiscalizadora, tal como referiram os participantes.

3.2. Questionário aplicado aos alunos da 4.^a classe

Gráfico A – Questão 1

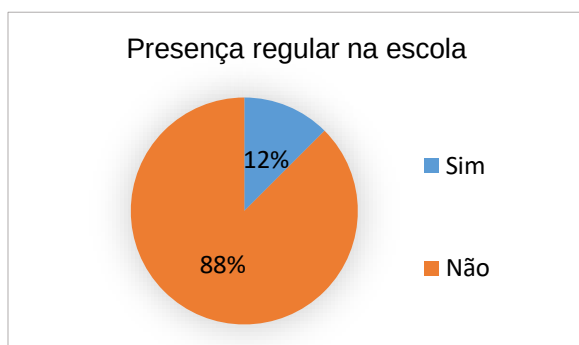
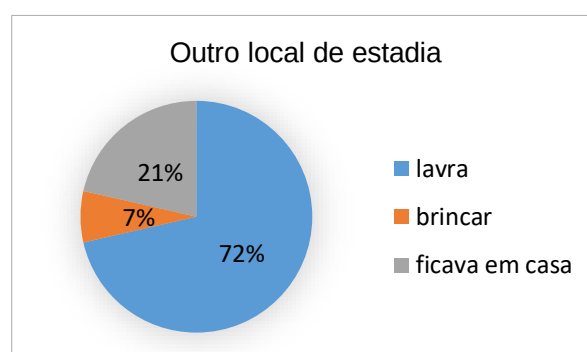


Gráfico B – Questão 2



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2025

As escolas sediadas no interior, mais concretamente em zonas recônditas, são na sua maioria caracterizadas por elevados índices de ausência e desistência por parte dos alunos que, pelas condições socioeconómicas por um lado e, por serem filhos de camponeses, por outro lado, faz com que troquem as escolas pelas lavras. Facto que muitas vezes sucedem com a conivência ou consentimento dos próprios pais e encarregados de educação. Foi pois, nesta ordem de ideias, que procurou-se com a primeira questão saber por parte dos alunos perquiridos se regularmente se faziam presentes na escola.

De acordo o gráfico, foram perquiridos desasseis alunos da 4.^a classe. Deste número, 88%, isto é, 14 do total de alunos perquiridos, responderam que não frequentavam de forma regular à escola. Por sua vez, apenas 12%, isto é, 2 alunos do total perquiridos, responderam que conseguiram frequentar de forma regular à escola. Não fugindo o que comumente se constata em zonas reconditas, os resultados revelaram que grande parte dos alunos faltavam frequentemente à escola por factores diversos.

Em complemento, o gráfico B que espelha os resultados da segunda questão colocada aos alunos, onde procurou-se saber para onde os alunos iam sempre que faltavam às aulas, revela que maior parte, isto é, dez dos alunos perquiridos, correspondente a 72%, iam à lavra com os pais ou encarregados de educação. A vida em Muxaluando, localidade onde se situa a escola Caiêngue, faz-se mais à base da agricultura. Assim, a terra se constitui a maior riqueza de uma família. No entanto,

essa riqueza efectiva-se mais se contar com bastante mão de obra e, para tal pais e filhos devem ajudar a produzir maior quantidade de bens alimentares. Deste modo, pode se inferir que maior parte das famílias dos alunos perquiridos era formada por poucos membros uma vez que até os mais pequenos recorrente ajudavam nos trabalhos da lavra sempre que faltavam às aulas. Diferente destes, 3 alunos, correspondente a 21%, responderam que ficavam em casa, enquanto isso, um aluno afirmou que ia brincar sempre que faltava à escola. Nestes últimos, pode se entender que outro motivo que não fosse à lavra ou levava a ficar em casa sempre que não compareciam na escola.

Gráfico C – Questão 3

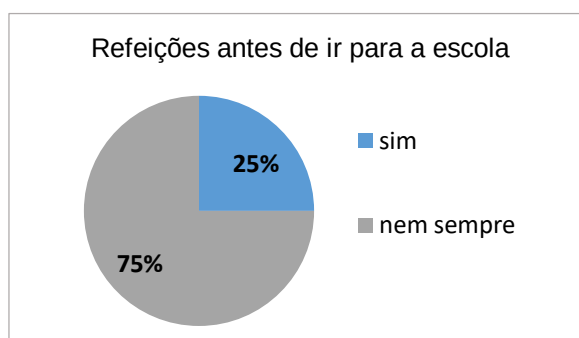
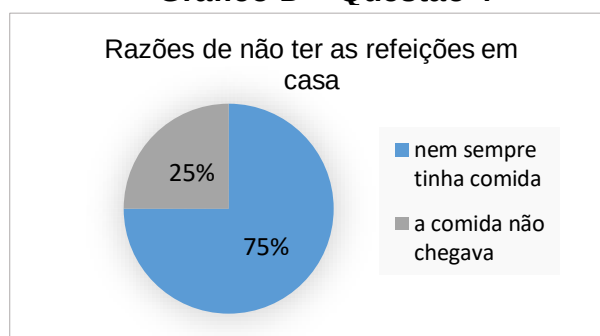


Gráfico D – Questão 4



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2025

Um dos grandes motivos que leva as crianças das zonas reconditas a abandonarem as escolas é a procura de condições que permitem a sobrevivência, como realizar trabalhos de garimpo que, em muitos casos se constata em determinadas realidades para conseguir dinheiro, ou como ajudar os pais na lavra para aumentar a produção, como é o caso da realidade dos alunos da 4.^a classe da escola Caiêngue. Nesta senda, julgou-se necessário para melhor compreender o fenómeno, questionar aos alunos se antes de saírem de casa tinham sempre as refeições matinais.

Pela interpretação que pode se fazer no gráfico C afecto à terceira questão, doze do total de alunos perquiridos, correspondente a 75% dos alunos, afirmaram que nem todos os dias comiam antes de ir para a escola. Hipoteticamente e considerando o contexto socioeconómico da aldeia de Muxaluando, pode se afirmar que o acesso regular a uma refeição em casa se configura como um desafio para muitas famílias locais daí que, deduz-se que nem sempre era possível talvez por falta ou por ocupação dos pais, confeccionar os alimentos de manhã cedo, principalmente

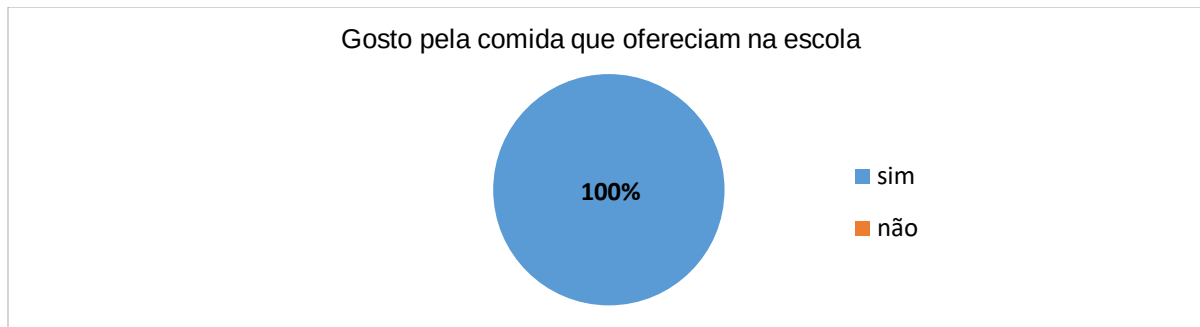
sabendo que as aulas arrancavam às 8h00 e que grande parte dos alunos residia ou reside próximo da escola. Ainda para quem reside à alguns metros ou quilómetros de distância, era sempre obrigado a sair mais cedo para igualmente chegar mais cedo à escola. Outros quatro alunos (25%), responderam que tinham as refeições antes de seguirem para à escola.

Contrariamente aos depoimentos anteriores, as alegações ora destacadas permitiram deduzir ainda que, provalvemente, havia consciência da importância por parte dos pais e encarregados de educação dos alunos terem as refeições antes de irem para à escola. Por outro lado, pode se deduzir ainda que estas famílias poderiam ser formadas por mais pessoas crescidas para além do pai e da mãe que em condições normais remetiam-se ao campo de cultivo de manhã muito cedo. Nisto, cobeu sempre aos irmãos mais velhos ou outros membros da família garantirem que os mais novos comessem alguma coisa antes de irem para à escola.

Considerando, portanto, que maior parte dos alunos alegaram que nem sempre comiam antes de irem para à escola, procurou-se com a quarta questão saber das razões que levava os alunos a nem sempre comerem antes de saírem de casa. Conforme representada no gráfico D, nove do total dos alunos, correspondente a 75% do total de alunos perquiridos, alegaram que nem sempre havia comida em casa. Diferente destes, outros três alunos (25%) afirmaram que nem sempre a comida chegava.

Deste modo, infere-se então que as respostas da maior parte dos alunos, segundo os quais nem sempre conseguiam comer em casa antes de irem para à escola, reflecte as dificuldades económicas enfrentadas por muitas famílias locais que contextualmente sobrevivem unicamente da agricultura. Com isto, vale referir que as fragilidades económicas que caracterizam muita famílias das zonas reconditas, reforçam a importância do programa de merenda escolar enquanto uma fonte fundamental de nutrição e incentivo à aderência e permanência na escola por parte das crianças.

Gráfico E – Questão 5



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2025

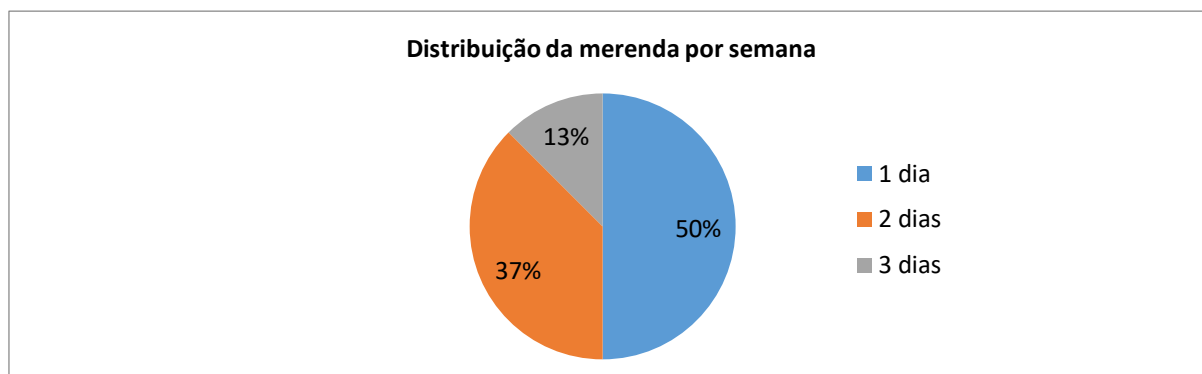
O contexto socioeconômico de muitas regiões do país, é comumente caracterizado por elevados índices de baixas condições de vida tal como se referiu na questão anterior. Daí que grande parte dos programas de nutrição ou de merenda escolar até aqui implementado no país (FNDE, 2007), têm como público-alvo os alunos das zonas rurais, em consideração com as orientações sobre os critérios de implementação do PME expressas no Regulamento da Merenda Escolar (Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro). Nesta ordem de ideias, considerando o facto de que a merenda se constitui por si só como uma medida de incentivo à permanência na escola, procurou-se com a quinta questão, saber por parte dos alunos se gostavam da merenda que era oferecida na escola. E, tal como o gráfico E atesta, todos os alunos perquiridos afirmaram satisfatoriamente que gostavam da merenda que era oferecida na escola.

Esta unanimidade na resposta por parte dos alunos, revela sem sombras de dúvidas que a implementação do PME na é bem vista encarada na Escola Caiêngue, especificamente para os alunos da 4.ª classe. Assim, não seria equivocado afirmar que o programa implementado na referida escola, exerceu influência positiva em aspectos como a nutrição, uma vez que ela supriu as lacunas nutricionais por conta do nível socioeconômico das famílias locais. Por outro lado, pode ser destacado ainda a influência em aspecto como frequência escolar de forma regular, uma vez que a distribuição de comida pode ser considerada como um factor motivacional para que os alunos comparecessem regularmente na escola no pretérito ano lectivo.

Ademais, do ponto de vista social, pode se inferir que a satisfação demonstrada pelos alunos em função da merenda que recebiam, fortaleceu ainda mais a relação entre eles e a escola bem como entre os pais e encarregados de educação com a

escola. Vale sublinhar ainda, que a implementação do programa na escola local se configurou igualmente não só como programa voltado para as escolas, mas também como uma política pública directa ou indirecta que visou apoiar a comunidade que por conta dos desafios sociais diários, não podem responderam satisfatoriamente às necessidades de seus educandos.

Gráfico F – Questão 6



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2025

No contexto angolano, a questão da merenda escolar conforme descrito na fundamentação teórica, não se configura como uma iniciativa local, ou seja, não é da iniciativa da escola Caiêngue. Sendo antes uma iniciativa do Governo de Angola, esta política pública tem o seu respaldo legal especialmente a partir do Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro, que aprova o Regulamento da Merenda Escolar, onde dentre muitos aspectos, apresentam as directrizes necessárias para a sua implementação. Nesta ordem de ideias, considerando as orientações expressas neste diploma legal, bem como as respostas obtidas na questão anterior onde o total de alunos perquiridos afirmaram que gostavam da merenda, (entenda-se como a alimentação) que era oferecida, julgou-se necessário questionar igualmente aos alunos, quantos dias a merenda era distribuída.

Como resposta, 8 alunos, correspondente a 50% do total, responderam que a merenda era distribuída apenas uma vez por semana. Por outro lado, 6 alunos, correspondente a 37%, responderam que a merenda era distribuída por dois dias na semana. Enquanto isso, 2 alunos, correspondente a 13%, responderam que a merenda era distribuída durante três dias na semana. Fazendo uma comparação com as orientações expressas no Regulamento da Merenda Escolar, percebe-se à partida uma inconformidade na medida em que o artigo 8.º do mesmo regulamento, dita que

a merenda deve ser fornecida gratuitamente ao longo dos dias lectivos normais, ou seja, cinco dias úteis com excepção dos dias de feriado ou de pausas pedagógicas.

Por um lado, entende-se que a indicação de três dias diferentes da distribuição da merenda conforme as respostas dos alunos, deveu-se provavelmente às desigualdades no acesso à merenda por parte dos mesmos alunos que, em uma última instância, poderia ter sido motivada pela presença irregular dos mesmos alunos, ou seja, poderia se dar o caso de que maior parte dos alunos perquiridos faltavam justamente nos outros dias em que se fazia a distribuição da merenda.

Por outro lado, considerando que esta inconformidade acabou não sendo da responsabilidade da escola local, vale referir que a mesma poderia ter sido motivada por questões relacionadas com factores de logística, especificamente sobre transporte dos produtos alimentares de uma localidade para outra, armazenamento deficiente ou mesmo falta de recursos financeiros para garantir a distribuição da merenda nos cinco dias, conforme o artigo 8 do Regulamento da Merenda Escolar. Entratanto, se se considerar que foram dispostos todos as condições necessárias para a plena aimplementação o distribuição da merenda de forma regular aos alunos da escola Caiêngue, pode então ser evocada a questão da falta de fiscalização de quem de direito.

Em síntese, vale frisar que a distribuição insuficiente da merenda escolar poderia ou chegou mesmo a impactar no rendimento escolar e na motivação em frequentar a escola todos os dias por parte dos alunos bem como em comprometer os objectivos do programa, que consistiu claramente em garantir a nutrição dos alunos.

Gráfico G – Questão 7

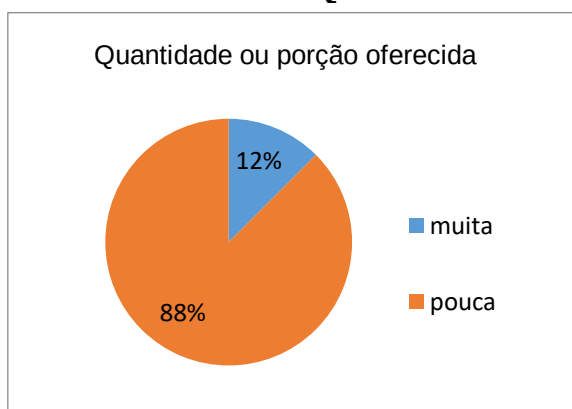
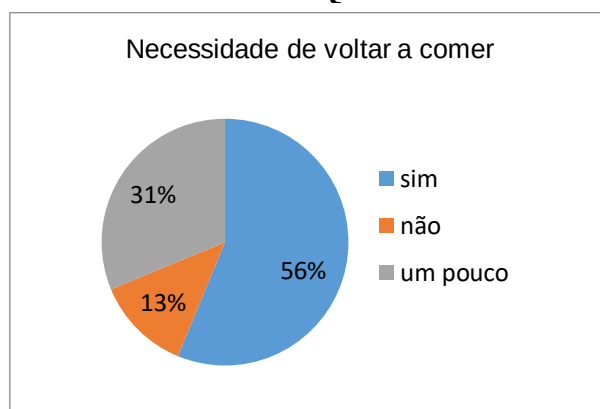


Gráfico H – Questão 8



Fonte: Questionário aplicado aos alunos, 2025

Na sequência, considerando o facto de que documento regulador da merenda escolar dita deve se proceder o fornecimento diário de 700 calorias por dia, urgiu a necessidade de se analisar o grau de satisfação dos alunos, questionando-os, ainda que os mesmos não tenham tido noções da proporção que tinham direito, sobre a quantidade de alimentos que recebiam por parte da escola.

Em resposta, o gráfico G espelha que para a maior parte dos alunos perquiridos, isto é 14, correspondente a 88%, foram unânimes em afirmar que distribuía-se pouca quantidade. Em contrapartida, 2 alunos afirmaram que a quantidade que recebiam era o suficiente, ou seja, muita.

O facto da maior parte dos alunos ter afirmado que a quantidade de alimento distribuída era insuficiente, pode abrir margens para que se considere que havia igualmente entre os alunos alguma diferença em termos de acesso aos bens alimentares em casa, dado o facto da condição socioeconómica das famílias locais. Igualmente, os alunos que manifestaram que a quantidade era suficiente, chama atenção à necessidade de se considerar as características de cada aluno, pois, como se pode considerar, alguns podem sentir-se satisfeitos com determinadas quantidades de alimento em relação a outros alunos.

Por outro lado, não deve descorar igualmente a hipótese de ter havido com alguma frequência problemas ou cálculos incertos das quantidades de alimentos a serem distribuídos por cada aluno. Consequentemente, vale acrescentar, não obstante dos alunos terem manifestado que gostaram da merenda que era distribuída, a insuficiência na sua distribuição poderia ter gerado insatisfação e desmotivação dos alunos, o que em última instância poderia afectar a concentração, a participação e o desempenho dos alunos no decorrer das aulas. Finalmente, importa referir que as diferenças notas, ainda que muito ínfimas em termos da quantidade de alimentação que era distribuída, revelam a forma como os alunos e, quiça, as famílias encaravam o programa.

Por conveniência, a disparidade que se notou nas respostas anteriores conforme o gráfico G, motivou a que se questiona-se aos alunos se chegavam a sentir fome minutos ou horas depois que a merenda era distribuída. De acordo com o gráfico H, que complementa a 7 questão afecta ao gráfico AG percebe-se que maior parte dos alunos, isto, os mesmos (14) que na questão anterior frisaram a pouca quantidade de alimento que era distribuída, afirmaram que voltavam a sentir fome em algum

momento do dia ainda na escola. Enquanto isso, outros 2 alunos afirmaram que não sentiam mais fome. Tal como na sétima questão, as respostas da maior parte dos alunos revela igualmente por um lado, a diferença nos níveis de saciedade ou de satisfação destes em relação aos outros dois alunos, facto que acentua ainda mais a importância de se prestar atenção nas porções que são ou virão a ser distribuídas nos programas posteriores. Por outro lado, as mesmas respostas revelam igualmente que maior parte dos alunos encarava com grandes expectativas a quantidade de alimento que se oferecia, talvez pelo facto de se constituir para muitos a principal refeição do dia em função dos contextos socioeconómicos distintos uns dos outros apesar de estarem no mesmo espaço geográfico.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito para a obtenção do grau académico de licenciatura em Pedagogia, estando centralizada na linha de pesquisa n.º 20, voltada para a merenda escolar e o seu impacto no aproveitamento dos alunos, objectivou-se compreender o impacto que esta medida ou política pública voltada para o ensino, teve no aproveitamento dos alunos do Ensino Primário, especificamente aos alunos da 4.ª classe. Para o efeito, a mesma foi guiada por um problema de partida central, a partir do qual, motivou a recorrer aos diversos contributos bibliográficos para o desenvolvimento teórico do mesmo assunto. Assim, em função dos objectivos formulados, realizou-se uma pesquisa de campo junto da Escola Primária n.º 722 Caiêngue para justamente responder o problema central levantado e com elas as questões científicas.

O referido estudo que envolveu de forma directa a Directora Geral da instituição, três professores e sessenta e seis alunos, distribuídos equitativamente por género, baseou-se na aplicação de um questionário de múltipla escolha aos alunos bem como na realização de entrevistas mediante uso de guião dirigido à Directora Geral e aos professores. Vale referir ainda que com as entrevistas realizadas bem como com o questionário aplicado aos alunos, buscou-se conforme os objectivos específicos, descrever os efeitos da merenda escolar mediante identificação dos indicadores bem como caracterizar o grau de implementação das políticas sobre a merenda escolar segundo o regulamento da merenda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro.

Nesta ordem de ideias, as informações bibliográficas e documental a que se teve acesso bem como os resultados do estudo empírico realizado na Escola Primária n.º 722 Caiêngue, permitiram de forma geral chegar às seguintes conclusões:

O contexto social e económico dos habitantes da aldeia de Muxaluando, afectos ao município de Nambuangongo, caracterizado por diversas insuficiências ou limitações sociais relacionadas com as necessidades fundamentais, como é o caso da dificuldade no acesso regular a uma alimentação saudável por parte de determinadas famílias, já que por um lado, maior parte dos alunos afirmaram que nem sempre tinham as refeições matinais em casa e, por outro lado, por terem revelado grande satisfação com o que recebiam para se alimentarem na escola,

reforça a importância que o programa naquela comunidade teve na medida em que não apenas teve um papel nutricional, mas também, conforme sublinharam os professores, teve um papel psicossocial para os pais e encarregados de educação assim como para os alunos de forma directa, dado o facto de que contribuiu significativamente para a frequência mais regular por parte dos alunos beneficiários.

Em outras análises, pode-se afirmar mesmo que, a iniciativa contribuiu de forma positiva não só para a mitigação de casos de abandono escolar mas também, para a mitigação de situações relacionadas com o trabalho infantil. Nesta ordem de ideias, infere-se que a satisfação expressada por todos os alunos perquiridos da 4.^a classe em particular e, com ela, a frequência e permanência regular na escola, o fortalecimento do vínculo entre a comunidade e a escola mediante a satisfação que os alunos demonstraram bem como o interesse motivado dos alunos em estar em sala de aulas, constituem-se como indicadores dos efeitos positivos da merenda escolar oferecidos aos alunos da 4.^a classe da Escola n.º 722 Caiêngue.

O Regulamento da Merenda Escolar, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro, apresenta determinadas orientações para uma implementação eficaz do programa, dentre as quais se destacam, a orientação relacionada com tipo de alimentação, que pode ser uma refeição líquida ou semi líquida bem como uma ração fria. Neste quesito, as respostas obtidas por parte das entrevistas concedidas pelas entidades locais da escola, davam conta de ter existido alguma uniformidade neste aspecto, isto porque, segundo os mesmos, faziam parte do pacote merenda a papa de soja, as bolachas e o chocapic com leite, sendo estes alimentos que podem ser considerados líquidos e semi líquidos.

Na mesma senda, destaca-se ainda a orientação voltada para o local onde devem ser confeccionados os alimentos, que segundo o artigo 9.º do referido diploma, os alimentos podem ser confeccionados em cantinas ou refeitórios escolares ou ainda em cozinhas comunitárias no caso da escola não apresentar uma cantina ou refeitório. Em contraste, as respostas obtidas evidenciaram o facto da escola não apresentar nem um e nem outro espaço, daí que segundo informaram, os alimentos eram confeccionados na residência dos professores. Para este caso em particular, afirmar que houve ou não taxativamente uniformidade com as orientações expressas no regulamento, seriam um tanto quanto precipitado, uma vez que deve ser considerado o facto muitas vezes as plantas arquitectónicas de

muitas das instituições públicas são ou forão apresentadas e executadas sem a inserção de compartimentos que possam servir como cantinas ou refeitórios. Assim, excecionalmente sem deixar de cumprir o que o artigo 9.º do regulamento orienta, infere-se que a execução do programa neste quesito foi feita com base nas condições estruturais disponíveis ou existentes.

Destacando ainda as orientações voltadas para a distribuição da merenda no que os dias de semana dizem respeito, o artigo 7.º do regulamento dita que o fornecimento da merenda deve ser feito todos os dias lectivos, no caso, de segunda às sextas-feiras, devendo haver paragem nos dias de feriados ou quando houver as pausas pedagógicas. Em contrapartida, quer seja as respostas obtidas com a entrevista concedida pelas entidades locais bem como através do questionário aplicado aos alunos, revelaram maioritariamente que a merenda era distribuída em dois a três dias na semana. Face à isto, seria até certo ponto legítimo falar-se de inconformidades com as orientações expressas no regulamento, entretanto, estas inconformidades seriam resultados de diferentes motivações, como por exemplo, insuficiência dos produtos, questões relacionadas com o transporte dos produtos, má conservação dos produtos já que eram todos perecíveis, insuficiência de recursos financeiros por parte da instituição responsável pelo programa ou ainda pela falta de fiscalização ou incumprimento motivado por terceiros localmente.

Todavia, falar-se-ia de inconformidades com as orientações expressas no regulamento se a questão fosse unicamente local. Ou seja, as dificuldades em cumprir as orientações expressas no dumento orientador, acaba sendo de âmbito nacional, uma vez que os recursos partem sempre de um centro e seguem para os diversos destinos, sendo a Escola Primária 722 Caiêngue um dos desses destinos. Ao que se contatou ao longo das pesquisas bibliográfica e documental realizadas em torno do Relatório de Monitorização sobre Educação para Todos de 2014, em torno das declarações do Ex-Ministro da Educação Dr. Mpinda Simão a quando da análise do OGE 2016 e, mais recentemente em torno das palavras da actual Ministra da Educação, Dr. Luísa Grilo, a quando da reunião da 1ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros do ano 2025, sob presidência do Presidente da República, João Lourenço, onde aprovou-se o novo Programa Nacional de Alimentação Escolar que substituirá o até então em vigor, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro, ficou evidente que as fragilidades que sempre geraram o

incumprimento do actual programa tinham que ver com os recursos financeiros disponibilizados, com a produção e armazenamento adequado dos produtos bem como com os recursos humanos capacitados para alavancar de forma ininterrupta o program à nível nacional.

Nestas conformidades, conclui-se portanto, que apesar das insuficiências estruturais, de recursos humanos bem como relacionadas com a questão do armazenamento ou conservação dos produtos evidenciadas, a implementação da merenda escolar na Escola Prmária n.º 722 Caiêngue esteve aliada às directrizes legais expressas no actual Regulamento da Merenda Escolar aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro.

SUGESTÕES

Com base nas limitações destacadas, são apresentadas a seguir algumas sugestões com vista a melhorar a implementação futura do novo programa de nutrição escolar segundo a Ministra Luisa Grilo. Assim, dentro das atribuições da gestão da Escola Primária 722 Caiêngue e, tendo em conta as questões voltadas com a distribuição, com a porção ou quantidade de alimento a serem oferecidos bem como com a nutrição dos alunos e outros, sugere-se que:

- ✓ Garantir que a merenda seja distribuída de forma consistente e suficiente para compensar a ausência de uma alimentação matinal considerando o facto de que às vezes os pais por serem camponeses se fazem cedo às lavras;
- ✓ Promover iniciativas que orientem as famílias locais sobre práticas alimentares acessíveis e saudáveis bem como sobre a importância da alimentação para as crianças dentro da própria realidade rural;
- ✓ Incentivar parcerias com produtores locais ou programas junto da administração para aumentar o acesso a alimentos por parte das famílias da aldeia de Muxaluando;
- ✓ Sensibilizar as famílias agrícolas de modo a contribuírem com algumas quantidades de produtos alimentares para massificar o programa localmente;
- ✓ Implementar mecanismos de controlo e acompanhamento para garantir que a merenda seja distribuída conforme às orientações do actual Regulamento da Merenda ou do novo em caso de substituição oficial;
- ✓ Comunicar à comunidade escolar (pais e alunos) as razões para a irregularidade na distribuição da merenda nos dias de semana bem como as medidas que serão adoptadas;
- ✓ Avaliar e reforçar os processos de armazenamento bem como de confeccionamento da merenda para permitir uma melhor distribuição diária;
- ✓ Ajustar as porções de acordo com as necessidades nutricionais e a idade dos alunos e de acordo com às recomendações previstas no regulamento da merenda escolar;
- ✓ Estabelecer mecanismos para coletar regularmente o feedback dos alunos sobre a quantidade e qualidade da merenda;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, M. (2007). *Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo*. Elsevier
- Amorim, P. S. (2018). *A relevância da merenda escolar na aprendizagem dos educandos*. Monografia de especialização. Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Amorim, R. (2014). *Merenda pode ser um subsídio ao ensino das demais disciplinas*. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/ultimasnoticias/211-218175739/19245-merenda-pode-ser-um-subsidio-ao-ensino-das-demaissdisciplinas>.
- Chicuemba, C. C.F. V. (2021). *Modelo de merenda escolar no ensino primário em Angola: um olhar sobre a importância da merenda escolar com base o Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de setembro de 2013*. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, v.7, n.1, p. 9-26. <http://doi.org/10.36311/2447-780X.2021.v7.n1.p9-26>
- Chiquemba, C. C.F. V. (2023). *A configuração do programa de merenda escolar de Angola*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP).
- Decreto Presidencial n.º 158/13 que aprova o Regulamento da Merenda Escolar
- Equipe editorial de Conceito.de. (2020). *Rendimento escolar - O que é, conceito e definição*. Conceito.de. <https://conceito.de/rendimento-escolar>
- Esteves, C. (2025.01.29). Política: Executivo reestrutura Programa de Merenda Escolar com a adição de mais nutrientes às refeições. In *Jornal de Angola*, pp. 1-40
- Fundação Global para a Nutrição Infantil. (2011). *Programas de Alimentação Escolar ao redor do Mundo. Resultados da Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar de 2021*.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2007). *Relatório de diagnose do programa de merenda escolar de angola*.

- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4ª Ed. São Paulo. Atlas
- Gonsalves, E. P. (2001). *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. Editora Alínea.
- Guambe, A. J. (2017). *Dispositivos em saúde: um olhar sobre equipamentos e direitos com homens que fazem sexo com homens em Moçambique*. Tese (Doutoramento em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Hossi, J. A. (2018). *Políticas públicas do Estado angolano: um mapeamento do programa de merenda escolar nas regiões de Luanda e Huambo (2008-2014)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Instituto Superior de Angola. (2021). Regulamento interno de trabalhos de fim de curso – TFC.
- Lei n.º 32/20 de 12 de Agosto. Lei que altera a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino
- Libâneo, J. C. (1994). *Didáctica*. Cortez
- LUSA. (2016.07.06). Programa de Merenda escolar angolano cada vez mais com menos recursos.
- Marconi, M. A., e Lakatos, E. M. (2017) *Fundamentos de Metodologia Científica*. Editora Atlas.
- Martins, G., e Theóphilo, C.R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed.
- Melo, B., Diogo, A. M., e Ferreira, M. (2022). Como ser um bom aluno? Dos modelos de escola aos pontos de vista das crianças. *Revista Portuguesa De Educação*, 35(2), 125–147. <https://doi.org/10.21814/rpe.21531>
- ONU. (2015). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável. 17 objetivos para transformar o nosso mundo
- Piletti, C. (2004). *Didática Geral*. 23 ed. Ática

- Prodanov, C. C., Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed.
- Samuel, A. T. A. (2011). *O impacto da merenda escolar na inserção, retenção e sucesso escolar dos alunos do ensino primário em angola*. In: COOPEDU—Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação, pp. 147-150
- Santos, E. (2022). Aproveitamento escolar: os desafios atuais e como melhorar.
- Silva, G. C. R. F. (2011). *Atribuições causais sobre o rendimento escolar dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de Manaus*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas.
- Stefanini. M. L. R. (1998). *Merenda escola: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo.
- UNESCO. (2014). *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/4. ENSINAR E APRENDER: alcançar a qualidade para todos*.